

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.16.12.001**  
**EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2026-0902001**  
**FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO VIII DA LEI FEDERAL Nº**  
**14.133/2021**

**O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA,** através da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com inscrição no C.N.P.J. sob o 04.873.592/0001-07, com sede na Pass. Nossa Senhora da Glória, S/N, Bairro: Riozinho, cidade de Bragança/PA, por Intermédio do Agente de Contratação designado pela portaria nº 002/2026-PMB, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. nº 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 12.807/2025, de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, objetivando adquirir a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados:

**INÍCIO DE ENVIO DAS PROPOSTAS:** 19/02/2026 as 09h:00min.

**TÉRMINO DE ENVIO DAS PROPOSTAS:** 25/02/2026 às 15h:00min.

**LOCAL PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:** (<https://www.licitanet.com.br/>)

**LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO CERTAME:** (<https://www.licitanet.com.br/>)

## **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. Constitui objeto do presente certame a **Contratação emergencial de empresa para a operação ambiental de limpeza do Rio Caeté, para atender às necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento do município de Bragança -PA,** de acordo com as quantidades e especificações constantes no ANEXO II

- Termo de Referência do Edital/Especificações Gerais da Contratação.

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

**1.2.1. ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

**1.2.2. ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETOS, PLANILHAS, CFF, CPU;**

**1.2.3. ANEXO III - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES.**

**1.2.4. ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

## **2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo de referencia à conta de recursos específicos, consignados a Prefeitura Municipal, na seguinte dotação orçamentária: **Exercício 2026: Sec. Muninc. Infra-Estrutura Urbana e Rural: Obras de Drenagem urbana-cidade, vila, vilarejos e povoados; Atividade: 17.451.0015 1.037; Classificação Econômica: 4.4.90.51.00 – Obras e instalações.**

## **3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO**

3.1. O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 986.667,86 (Novecentos e Oitenta e Seis Mil, Seiscentos e Sessenta e Sete Reais e Oitenta e Seis Centavos),** resultante dos bancos SINAPI/SICRO3/ORSE, que será considerado como valor máximo

admissível para a contratação.

3.2. Com base nos projetos e preços dos bancos SINAPI/SICRO3/ORSE supracitada, deverá observar os preços unitários máximos dos itens que compõem a contratação, conforme indicados no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETOS, PLANILHAS, CFF, CPU.

#### **4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

4.1. A participação na presente Dispensa de Licitação se dará mediante a endereço eletrônico: (<https://www.licitanet.com.br/>), para envio das propostas e realização do certame.

4.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no edital de Dispensa de Licitação.

4.2. Não poderão participar desta dispensa os prestadores:

4.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

4.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

##### **4.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:**

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo

econômico;

4.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

4.2.5. Sociedades cooperativas.

## **5. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. O ingresso do fornecedor na participação da Dispensa de Licitação se dará com o envio de sua proposta inicial, na forma deste item.

5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do endereço eletrônico (<https://www.licitanet.com.br/>), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos no edital.

5.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

5.4.1. Os preços ofertados, na proposta comercial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os serviços de qualidade adequada à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. Uma vez enviada a proposta no endereço eletrônico, os fornecedores NÃO poderão, substituí-la ou modificá-la;

5.9. Na proposta comercial, o fornecedor deverá, também, anexar, às seguintes declarações:

5.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no e-mail, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

5.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.10. O valor das propostas encaminhados no endereço eletrônico, possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante.

## **6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

6.1. Encerrada o prazo de envios das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.2.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.2.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



6.2.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da Dispensa de Licitação. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:

6.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **7. HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.

7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas

apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

7.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **8. CONTRATAÇÃO**

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado

Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do termo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **9. SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;**

9.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



9.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa de Licitação ou a execução do contrato;

9.1.9. Fraudar a Dispensa de Licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

9.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

9.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 9.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens

9.1.1 a 9.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três)

anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

### **9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:**

#### **9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;**

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereços eletrônicos: <https://www.licitanet.com.br/>, <https://www.tcm.pa.gov.br>, <https://Bragança.pa.gov.br>.

10.1.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados - ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 10.1.1 e 10.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio das propostas observarão o horário de Brasília-DF.

10.7. Os documentos solicitados nos itens (2.2 e 2.5) do anexo I, deverão ser apresentados no nome da empresa licitante e de seus sócios, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, somente será exigida das

peessoas jurídicas a comprovação da regularidade fiscal federal, estadual, municipal, social e trabalhista e, das pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica, interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Atenciosamente,

Bragança/PA, 19 de Fevereiro de 2026.

**Ivando de Sousa Lima**  
Responsável pela elaboração do Edital



## ANEXO I

### DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.5. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade;
- 2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, abrangendo todos os tributos de

competência do Município relativa à sede ou domicílio do proponente dentro de seu período de validade;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

### **3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, registrado na JUCEPA ou na junta comercial da sede da licitante;

3.2.1. Os documentos relativos ao Balanço Patrimonial deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da empresa proponente e do seu contador ou técnico contábil, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador ou técnico contábil e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade-CRC são indispensáveis, nos termos da Resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial competente conforme a Resolução CFC nº 1330/2011 e alterações, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, vir acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário, da Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Certidão de Regularidade Profissional do Contador, Certificando que o profissional identificado no presente documento encontra-se em Situação REGULAR neste Regional, contendo número, validade e finalidade do contador;

3.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

3.2.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

3.4. As empresas recém constituídas, com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenha Balanço Final de exercício, deverão apresentar Balanço de abertura e/ou Demonstração de Resultado contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, devidamente registrados na Junta Comercial.

3.5. Serão aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo contador responsável por esta, assim apresentados:

3.5.1. publicados em Diário Oficial ou;

3.5.2. registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;

3.5.3. por Comprovação por meio de recibo de entrega emitido pelo Sistema Pública de Escrituração Digital-SPED, conforme Decreto nº 8.683, de 25/02/2016.

#### **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

4.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. (no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PA);

4.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

4.4. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação:

4.4.1. Comprovação da capacitação técnico-operacional, mediante a apresentação de um ou mais atestado de capacidade técnica, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT devidamente registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PA), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, conforme descrito no termo de referência.

4.4.2. Para o (Engenheiro Civil ou Arquiteto Urbanista): A comprovação da capacidade técnica

será feita por meio de certidão ou atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PA), que comprove os serviços executados de limpeza de rios e retirada de óleo, em metragem igual ou superior a do objeto licitado.

- 4.5. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 4.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 4.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 4.8. Declaração de indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;



**ANEXO – II**

**TERMO DE REFERÊNCIA,  
PROJETOS, PLANILHAS, CFF,  
CPU**

### ANEXO – III DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que:

- I. para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência-PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 63, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021.
- II. para os devidos fins licitatórios que não incorrem nos impedimentos para disputa da Dispensa ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- III. não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesseis anos, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;
- IV. não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;

...../....., ...../...../2026.

.....  
Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

**Nota explicativa:** Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório

**ANEXO - IV**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025XXXX-PMB**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 7.2026-000-PMB**  
**CONTRATO Nº XXXXXX-PMB**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
BRAGANÇA, ATRAVÉS DE  
SUA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE  
VEREADORES E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXX.**

O MUNICIPIO DE BRAGANÇA/PA, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na Pass. Nossa Senhora da Glória, S/N, Bairro: Riozinho, na cidade de Bragança, Estado do Pará, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.873.592/0001-07, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) , e do outro lado \_\_\_\_\_, e a empresa ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por seu representante legal Sr. ...., residente e domiciliado....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação emergencial de empresa para a operação ambiental de limpeza do Rio Caeté, para atender às necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento do município de Bragança -PA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2. Objeto da contratação:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01						

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa, caso existentes;

1.3.3. A Proposta do Contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX de XXXXXX de 2026 a XX de XXXXXX de XXXX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## **4. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

4.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **5. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

### **6.1. PREÇO**

6.2. O valor total do presente contrato correspondente a R\$ 00.000,00 (\_\_\_\_\_) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

### **6.3. FORMA DE PAGAMENTO**

6.3.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

### **6.4. PRAZO DE PAGAMENTO**

6.4.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

6.4.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.4.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados



monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **6.5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

6.5.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

6.5.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

6.5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.5.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.5.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei

Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice \_\_, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para

adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.8.2. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. A empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil de se- RFB e da Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14), dentro u período de validade; 2) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade; 3) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, abrangendo todos os

tributos de competência do Município relativa à sede ou domicílio do proponente dentro de seu período de validade; 4) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, dentro de seu período de validade; 5) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante; Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.1.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.

9.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

## **10. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

CNPJ: 04.873.592/0001-07

Rua Manoel Pessoa Sra. da Glória, s/n - Riozinho

CEP: 68.600-000 - Bragança-Pará



11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Dispensa de Licitação ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- d) **Multa:**
  - d.1) moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Bragança para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

Bragança/PA, .....de.....de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_





SECRETARIA DE  
PLANEJAMENTO  
E OBRAS



**BRAGANÇA**  
PREFEITURA

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Contratação de empresa especializada para a  
operação emergencial ambiental de limpeza  
do rio caeté, no município de Bragança/PA.**

**BRAGANÇA – PARÁ  
2025**

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 027/2025 - PMB/SEPLANO**  
Processo Administrativo nº 1974/2025 - PMB/SINFRA

**CONCORRÊNCIA – Art. 29 da Lei nº 14.133/2021**

**1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**Contratação de empresa especializada para a operação emergencial ambiental de limpeza do rio caeté, no município de Bragança/PA.**

1.1 Contratação de serviços conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

- a) A contratação constitui a solução técnica indicada para a execução dos serviços de limpeza de óleo, decorrentes do derramamento estimado de aproximadamente 20.000 (vinte mil) litros de óleo diesel, no Rio Caeté, localizado no município de Bragança/PA.
- b) Esta situação impõe a necessidade de Contratação de empresa especializada para a operação emergencial ambiental de limpeza do rio caeté, no município de Bragança/PA.
- c) A ocorrência enquadra-se como situação emergencial de elevada gravidade ambiental, social e à saúde pública, demandando intervenção imediata do Poder Público para a contenção e mitigação dos danos, sob pena de agravamento dos impactos e ampliação da área afetada.
- d) A contratação é caracterizada como serviços de engenharia comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;
- e) O enquadramento jurídico da contratação emergencial fundamenta-se no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta em situações de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e bens públicos ou particulares, conforme expressamente reconhecido pelo Decreto Municipal nº 135/2025.
- f) Os quantitativos, especificações técnicas, metodologias executivas e demais requisitos encontram-se detalhados na Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Especificações Técnicas, Memorial Descritivo e demais documentos integrantes deste Termo de Referência.
- g) O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, com prazo estimado de execução dos serviços de 02 (dois) meses, conforme Cronograma Físico-Financeiro.
- h) O instrumento contratual estabelecerá de forma detalhada as condições de execução, fiscalização, prazos, responsabilidades, garantias, penalidades e demais regras aplicáveis.
- i) A adoção da solução proposta observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, prevenção, precaução ambiental e desenvolvimento nacional sustentável, mostrando-se necessária e adequada à proteção do interesse público, à preservação do meio ambiente e à salvaguarda da saúde da população afetada.



## 2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

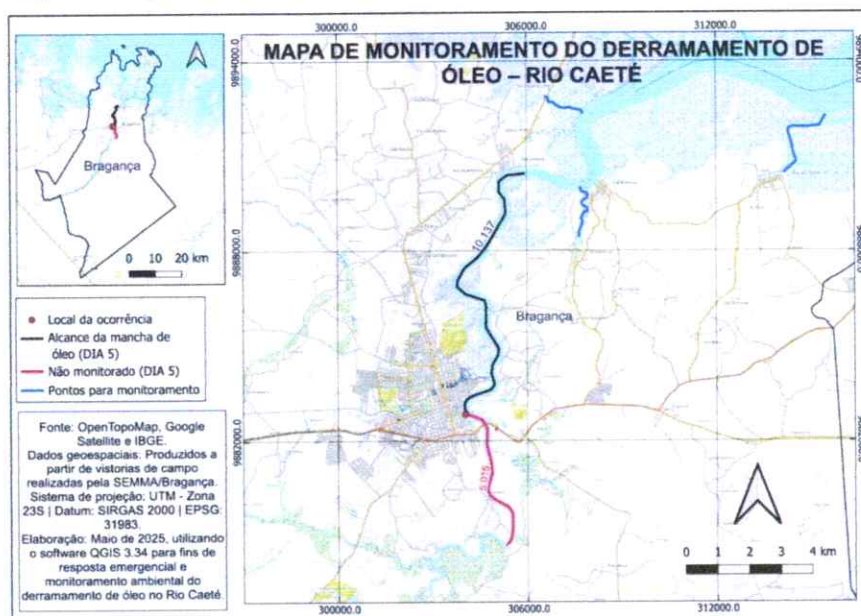
2.1 A Administração Pública do Município de Bragança/PA registrou, no segundo semestre de 2025, a ocorrência de derramamento de aproximadamente 20.000 litros de óleo diesel no Rio Caeté, o que enseja a necessidade de contratação de empresa especializada para a execução de operação emergencial ambiental, destinada à limpeza e mitigação dos impactos no referido corpo hídrico, no Município de Bragança/PA.

2.2 A ocorrência enquadra-se como situação emergencial de elevada gravidade ambiental, social e à saúde pública, demandando intervenção imediata do Poder Público para a contenção e mitigação dos danos, sob pena de agravamento dos impactos e ampliação da área afetada.

2.3 O referido evento compromete diretamente um dos principais corpos hídricos do Município de Bragança, do qual dependem diversas comunidades ribeirinhas para o desenvolvimento de atividades essenciais, tais como pesca, navegação, lazer e, em alguns casos, abastecimento de água. A contaminação do rio afeta a subsistência de inúmeras famílias, gera prejuízos socioeconômicos relevantes e representa risco à saúde pública, uma vez que a exposição a hidrocarbonetos pode ocasionar problemas dermatológicos, respiratórios e quadros de intoxicação, além de tornar a água imprópria para consumo humano por período indeterminado.

2.4 Este serviço visa executar a contenção, remoção e tratamento dos resíduos oleosos provenientes de derramamento de óleo combustível de embarcações, abrangendo uma extensão entre 10 a 14 km do rio, de forma a restabelecer as condições ambientais e atender à legislação vigente (CONAMA nº 398/2008, nº 430/2011 e nº 357/2005).

Imagem 1 – Mapa de monitoramento do derramamento de óleo, Rio caeté em Bragança/PA.



FONTE: DEFESA CIVIL

2.5 A adoção da medida proposta está alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, mostrando-se necessária para a proteção do interesse público, do meio ambiente e da saúde da população.

### **3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A solução técnica proposta fundamenta-se na adoção de medidas integradas de contenção, absorção, separação, coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de resíduos oleosos, por meio da utilização de equipamentos, materiais e procedimentos específicos para resposta a emergências ambientais em corpos hídricos. As ações a contenção, remoção e tratamento dos resíduos oleosos provenientes de derramamento de óleo combustível de embarcações, abrangendo uma extensão entre 10 a 14 km do rio, de forma a restabelecer as condições ambientais e atender à legislação vigente (CONAMA nº 398/2008, nº 430/2011 e nº 357/2005

3.2 A contratação de empresa especializada justifica-se pela necessidade de know-how técnico específico, disponibilidade imediata de materiais adequados, equipe profissional capacitada e experiência comprovada em operações de limpeza ambiental emergencial, assegurando eficiência operacional, segurança ambiental e conformidade com as normas técnicas, ambientais e legais vigentes. A solução proposta prioriza a adoção de ações rápidas, coordenadas e eficazes, com impacto direto na redução da propagação do contaminante e na proteção do meio ambiente e da saúde pública.

3.3 A solução compreende a mobilização inicial da empresa contratada, incluindo o deslocamento de equipamentos, materiais absorventes, embarcações, estruturas de apoio, equipe técnica especializada e logística operacional até o local da ocorrência, bem como a implantação de bases operacionais temporárias, sinalização das áreas afetadas e preparação do canteiro de apoio ambiental. A desmobilização abrange a retirada integral dos equipamentos, materiais remanescentes e estruturas provisórias, além da execução da limpeza final das áreas utilizadas, assegurando o restabelecimento das condições originais do local após a conclusão dos serviços.

3.4 A execução dos serviços será realizada por equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais legalmente habilitados e com experiência comprovada em atendimento a emergências ambientais, incluindo coordenador técnico, engenheiro ambiental ou sanitário, técnico em meio ambiente, operadores especializados, auxiliares operacionais e equipe de apoio logístico, conforme quantitativos, funções e cargas horárias estabelecidos na planilha orçamentária. Compete à equipe o planejamento operacional, a execução das atividades de contenção e limpeza, o monitoramento ambiental, a elaboração de registros técnicos e o acompanhamento contínuo das condições do corpo hídrico durante toda a operação.

3.5 A solução contempla o fornecimento, instalação e utilização de barreiras absorventes confeccionadas em polipropileno, com lances de 3,00 m, destinadas à contenção superficial do óleo e à prevenção da dispersão da mancha ao longo do curso d'água,



posicionadas estrategicamente de acordo com a dinâmica hidráulica do rio e a localização de áreas ambientalmente sensíveis. Inclui, ainda, a aplicação de mantas absorventes com dimensões de 4 mm x 25 cm x 40 cm em áreas de maior concentração de contaminantes, margens e pontos de difícil acesso, bem como a utilização de absorvente natural granulado à base de turfa, acondicionado em sacos de 10 kg, indicado para remoção de resíduos oleosos em áreas alagadas e superfícies contaminadas, assegurando elevada eficiência de absorção e compatibilidade ambiental.

3.6 A solução inclui a instalação de Caixa Separadora de Água e Óleo – CSAO, devidamente dimensionada para atender à demanda operacional, destinada à separação física do óleo presente na água coletada durante as atividades de limpeza, garantindo o correto acondicionamento, armazenamento temporário e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos oleosos. Compreende, ainda, a disponibilização de transportes adequados, incluindo veículos, embarcações e equipamentos compatíveis para o deslocamento da equipe técnica, dos materiais, dos equipamentos e dos resíduos gerados, observando rigorosamente as normas de segurança, ambientais e de gerenciamento de resíduos perigosos vigentes.

3.7 A contratada deverá garantir os serviços executados pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, conforme disposto no art. 618 do Código Civil, responsabilizando-se pela integridade estrutural, pelo funcionamento adequado das soluções implantadas e pela correção de eventuais vícios ocultos que comprometam a qualidade, a segurança e a durabilidade dos serviços realizados.

3.8 Todas as soluções deverão estar alinhadas com os princípios da economicidade, eficiência e respeito ao patrimônio cultural. A acessibilidade universal, conforme a ABNT NBR 9050, a sustentabilidade urbana e a integração entre o patrimônio histórico e o uso contemporâneo do espaço público deverão ser observadas como diretrizes principais da execução contratada.

#### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos necessários para a presente contratação são:

4.1 Poderão participar dessa licitação, os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à



alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 Não poderão disputar essa licitação:

4.6.1 Aquele que não atenda às condições do edital e seus anexos.

4.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitado de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

4.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.6.8 Agente público da Prefeitura Municipal de Bragança.

4.6.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público da CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do Art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7 O impedimento de que trata o item 4.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Prefeitura Municipal de Bragança.

4.9 Equiparam-se aos autores do projeto, as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10 O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 do edital não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do CONTRATADO a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11 A vedação de que trata o item 4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da condução na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.12 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.12.1 A subcontratação fica limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

4.12.2 A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

4.12.3 Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018; e

4.12.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.13 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.14 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.14.1 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.14.2 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.14.3 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **4.15 VISTORIA**

4.15.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, de modo as licitantes obterem, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, podendo ser substituída por declaração



de pleno conhecimento, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de **segunda a sexta-feira, das 08h às 12h.**

4.15.2 Caso a licitante opte pela realização da vistoria deverá agendá-la previamente através do seguinte endereço de e-mail: **seplanpmb@yahoo.com.br.**

4.15.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15.4 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.15.5 Independente da opção pela realização ou não da vistoria, o licitante deverá apresentar declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo abaixo:

**Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza do Serviço**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador da identidade nº \_\_\_\_\_,

DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Bragança (PA), (dia) de (mês) de (ano)

\_\_\_\_\_  
(Nome completo do responsável ou preposto)

Assinatura

4.16 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.16.1 Quanto aos critérios de sustentabilidade socioambiental, é fundamental que as contratações de obras públicas considerem aspectos relacionados à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento social e à promoção da sustentabilidade. A adoção desses critérios contribui para a construção de um futuro mais sustentável e consciente, além de trazer benefícios para a sociedade como um todo. Alguns aspectos relevantes a serem considerados para a contratação:

4.16.1.1 Gestão de resíduos: É essencial adotar medidas para a correta gestão dos resíduos gerados durante a execução da obra. Isso inclui a segregação, coleta seletiva, destinação adequada e possíveis práticas de reciclagem. A preocupação com a minimização dos resíduos e o descarte responsável contribui para a preservação do meio ambiente e a promoção da sustentabilidade;

4.16.1.2 Eficiência energética: Considerar critérios de eficiência energética é relevante para reduzir o consumo de energia durante a construção e o funcionamento da obra. A utilização de sistemas e equipamentos energeticamente eficientes, a adoção de fontes de energia renováveis e a implementação de estratégias de conservação de energia são medidas que podem ser criadas para minimizar o impacto ambiental e reduzir os custos operacionais a longo prazo;

4.16.1.3 Uso racional da água: Estabelecer práticas que promovam o uso racional da água é crucial. Isso pode incluir a instalação de sistemas de captação e reúso da água da chuva, a utilização de equipamentos e dispositivos economizadores de água e a conscientização dos trabalhadores sobre a importância da economia desse recurso natural;

4.16.1.4 Acessibilidade e inclusão social: As obras públicas devem considerar a acessibilidade e a inclusão social, garantindo que sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas capacidades físicas ou cognitivas. Isso envolve a implementação de rampas, corrimãos, sinalização adequada, pisos táteis e outros elementos que facilitam a mobilidade e a inclusão de todos os cidadãos;

4.16.1.5 Responsabilidade social: Promover a responsabilidade social na execução das obras implica respeitar os direitos dos trabalhadores, assegurar as condições de trabalho, cumprir as normas trabalhistas e garantir a segurança e o bem-estar dos envolvidos. Além disso, pode-se estimular a contratação de mão de obra local, o fomento a micro e pequenas empresas e o desenvolvimento de programas de capacitação e inclusão social; e

4.16.1.6 Impacto na comunidade: Considerar o impacto da obra na comunidade local é crucial. É importante realizar um diagnóstico dos impactos socioambientais e adotar medidas para minimizá-los, além de promover o diálogo com a população atendida, buscando atender às suas necessidades e expectativas.

## 5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



5.1.1 Início da execução do objeto: até 10(dez) dias da emissão da Ordem de Serviço emitida após a formalização da contratação; e

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, cronograma de realização dos serviços. A descrição dos serviços está definida nos documentos técnicos da contratação.

5.2 Os serviços deverão ser executados no seguinte endereço: Praça Antônio Pereira, no município de Bragança/PA.

5.3 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas, tecnologias e utensílios necessários, e exigidos pela contratante, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, para atender todas as condições deste instrumento.

5.3.1 A execução da obra deverá ser conduzida com a aplicação da metodologia Building Information Modeling (BIM), contemplando o uso de modelos digitais integrados que representem as disciplinas envolvidas (arquitetura, estrutura e instalações).

5.3.2 A contratada deverá garantir que todas as etapas executivas sejam compatibilizadas e atualizadas no modelo BIM, permitindo o acompanhamento físico-financeiro e o controle da conformidade da execução com o projeto aprovado.

5.3.3 A fiscalização da obra, sob responsabilidade da contratante, utilizará o modelo BIM como instrumento de verificação, análise e registro do andamento dos serviços, devendo a contratada disponibilizar acesso ao ambiente comum de dados (CDE) e às versões atualizadas do modelo.

5.3.4 O acompanhamento deverá contemplar registros de campo vinculados aos elementos do modelo, medições automáticas e relatórios de progresso compatíveis com o nível de desenvolvimento definido no Plano de Execução BIM (BEP).

5.4 Os procedimentos de transição e finalização do contrato são considerados a partir da entrega do objeto e constituem-se das seguintes etapas:

5.4.1 O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a finalização dos serviços, da seguinte forma:

5.4.1.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

5.4.2 No prazo de até 15(quinze) dias a partir do recebimento provisório dos serviços, equipe de fiscalização deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza a finalização do objeto.

5.5 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5.1 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de 05 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5 A contratada para fins de qualificação técnica, deverá a licitante observar os seguintes requisitos que serão exigidos para o acompanhamento da obra o responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. A apresentação de Engenheiro civil com comprovação de aptidão técnica para o



desempenho de atividades pertinente a execução de serviços de construção, reforma e manutenção de rede de abastecimento de água e/ou serviços similares devidamente registrado no CREA/PA.

5.6 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da execução de todo o serviço do objeto do contrato.

## **6 – GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

6.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.5 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.6 A CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 117, caput).

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará sua execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, VI).

6.8.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, II).

6.8.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, III).

6.8.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, IV).

6.8.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, V).



6.8.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 22, VII).

6.9 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 23, IV).

6.11 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, IV).

6.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, II).

6.13 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, III).

6.14 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, inciso VIII).

6.15 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, inciso X).

6.16 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, inciso VI).

6.17 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



6.18.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.7.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.



7.7.2 A CONTRATADA também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.8 Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, no prazo de 10(dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, inciso I, alínea a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, inciso X e 23, inciso X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança, oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.8.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante Termo Detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 22, inciso X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 23, inciso X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.5 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório, com a entrega do termo detalhado ou em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.8.6 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8.7 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 199 c/c Art.140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8.8 O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.8.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15(quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade



competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo Detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Art. 21, inciso VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

7.10.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4 Comunicar à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.10.5 Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.14 Após comunicação do gestor do contrato **e no prazo de até 2 (dois) dias úteis**, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Prefeitura Municipal de Bragança, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Lei nº 12.440/2011).

7.14.1 A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

7.14.2 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.14.3 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.14.4 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento



em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.15 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.15.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data de emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou ainda circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, não acarretando quaisquer ônus à CONTRATANTE.

7.18 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório; e
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito da Prefeitura Municipal de Bragança, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.19 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5(cinco) dias úteis, regularize sua situação ou no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

7.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

7.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.23 O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s), em moeda nacional, no prazo de até 10(dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

7.23.1 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.23.2 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.23.3 Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.23.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$ , assim apurado:  $I = \frac{(6/100)}{365}$   $I = 0,00016438$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.23.4.1 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no Art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

7.23.5 No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

7.24 A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no instrumento de aferição da qualidade da prestação do fornecimento ou serviço, se for o caso, referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.



## **8 – SELEÇÃO DO(A) FORNECEDOR(A)**

8.1 O(a) fornecedor(a) será selecionado(a) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, por contratação direta, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2 O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

8.3 Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.3.1 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (Art.59, §3º da Lei nº14.133/2021).

8.4 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do Art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6 Caso conste na Consulta de Situação do Interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, e encaminhá-la, quando solicitado pela Administração.

8.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12 Quando o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



8.13 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14 Para fins de habilitação, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.14.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.14.3 Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

8.14.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.14.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde a matriz tem sede;

8.14.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

8.14.9 Ato de Autorização: para o exercício da atividade de Engenheiro ou Arquiteto, em plena validade; e

8.14.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15 Para fins de habilitação social e trabalhista, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.15.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e



pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por ela administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

8.15.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15.6 Prova de inscrição no Cadastro Municipal de Contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e

8.15.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros estadual e municipal de contribuintes.

8.16. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá a licitante observar os seguintes requisitos que serão exigidos no Edital de Licitação:

8.16.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (Art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.16.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, Art. 69, caput, inciso II);

8.16.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.16.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um).

8.16.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º);

8.16.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



8.16.6 os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped; e

8.16.7 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.17 Para fins de qualificação técnica, deverá a licitante observar os seguintes requisitos que serão exigidos no Edital de Licitação:

8.17.1 Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.17.1.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.17.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, no caso, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA/PA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/PA), em plena validade;

8.17.3 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.17.4 Comprovação da Capacitação Técnico-Operacional, mediante a Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT devidamente registrado(s) no CREA e/ ou CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução, de obras e serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, conforme descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE EXIGIDA
1	Contratação de empresa especializada para a operação emergencial ambiental de limpeza do rio caeté, no município de Bragança/PA.	01	Und.

8.17.4.1 Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT devidamente registrado(s) no CREA e/ ou CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução, de obras e serviços de engenharia.

8.17.5 Comprovação da Capacitação Técnico-Profissional: mediante a Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica acompanhados(s) da(s) respectiva(s)

Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT devidamente registrado(s) no CREA e/ ou CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do profissional, relativo à execução, de obras e serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

8.17.7.1 Para o(a) Engenheiro(a) ou Arquiteto (a): serviços de limpeza de rio e retirada de óleo de rios, em metragem igual ou superior a do objeto licitado.

8.17.8 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

8.17.6 Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.17.7 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.17.8 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos; e

8.17.9 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.17.9.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos Arts. 4º, inciso XI; 21, inciso I; e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

8.17.9.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;

8.17.9.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.17.9.4 O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, Art. 107;

8.17.9.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.17.9.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) Ata de fundação;
- b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) Editais de Convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.17.9.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o Art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



## 9 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor da contratação desse serviço foi estabelecido em R\$ 986.667,86 (novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e seis centavos) para execução desse objeto de contratação.

9.2 Os valores referenciais foram obtidos conforme as Especificações Técnicas, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo, Planilha Orçamentária.

9.3 A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO.

## 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual do município de Bragança (PA), Lei nº 4.813, de 18/12/2024, mediante a seguinte dotação:

- a) **órgão:** 03 (Prefeitura Municipal)
- b) **unidade orçamentária:** 0311 (Sec. Munic. Infra-Estrutura Urbana e Rural)
- c) **projeto/atividade:** 17 451 0015 1.037 Obras de Drenagem Urbana-Cidade, vila, vilarejos e povoados.
- d) **categoria econômica:** 4.4.90.51.00 (obras e instalações)
- e) **Fonte de recurso:** 15000000 (Recursos não vinculados de impostos)  
17000000 (Outros convênios da União)  
17010000 (Outros convênios do Estado)

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### Anexos do Termo de Referência:

- Estudo Técnico Preliminar
- Análise de Riscos
- Planilha Orçamentária
- Cronograma Físico-Financeiro
- Composição de BDI
- Planilhas de cotação
- Planilha de composição de custo unitário
- Atestado de Vistoria Técnica
- Termo de Contrato
- Declaração de Empregabilidade de Menor
- Memorial Descritivo
- Especificações Técnica
- Justificativa técnica

Bragança (PA), 26 de janeiro de 2026

CNPJ: 02.673.592/0001-27  
Insc. Estadual: 15.680.614-11 - 88620019  
CEP: 06.000-000 - Bragança, PA



**TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:**

Documento assinado digitalmente  
 **MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS**  
Data: 05/02/2026 14:49:56-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**Mayra Thamiris Silveira Matos**  
Arquiteta e Urbanista  
A3147797 CAU/PA

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA

**Contratação de empresa especializada  
para a operação emergencial ambiental  
de limpeza do rio caeté, no município de  
Bragança/PA.**

**BRAGANÇA – PARÁ  
2026**

## ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

### 1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este material define a sistemática a ser empregado na execução do referido Objeto, aqui são apresentadas definições e quantitativos de serviços a serem executados pela empresa contratada e gerenciada por esta Prefeitura.

#### 1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICA

##### 1.1.1 Dos Serviços:

Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com estas especificações e com os documentos nela referidos.

Os serviços que porventura ficarem omissos nestas especificações e/ou projetos, somente serão considerados extraordinários quando autorizados pela fiscalização e com os órgãos envolvidos no projeto.

A Empreiteira manterá na obra uma cópia do presente Caderno Geral de Especificação para orientação dos serviços.

##### 1.1.2 Do Planejamento das Obras:

As atividades relativas ao planejamento e a construção das obras, serão exercidas sob a supervisão da Secretaria Municipal de Planejamento e Obras, podendo, no entanto, vir a ser constituída entidade específica para exercício dessas atividades.

##### 1.1.3 Dos Materiais e Mão-de-Obra:

Para a construção contratada, a CONTRATADA fornecerá, salvo exclusões previstas no contrato de empreitada, todos os materiais, mão-de-obra, máquinas, ferramentas, equipamentos e acessórios, água, luz, força, transporte e o que mais necessário for para a perfeita execução e completo acabamento das obras, bem como instalará convenientemente o canteiro de obras.

É exigência indispensável da Empresa que todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser novos e de primeira qualidade.

Para todos os materiais especificados serão admitidos similar. As marcas e modelos deverão ser previamente aprovados pela fiscalização.

As Normas e Especificações obedecerão às regulamentações da ABNT e normas próprias das concessionárias locais de serviços públicos.

A CONTRATADA será obrigada a empregar na construção, pessoal especializado. A fiscalização terá poderes para afastar da obra, qualquer funcionário que julgar indesejável ou prejudicial ao bom andamento dos serviços.

##### 1.1.4 Das Impugnações:



Serão impugnados, pela fiscalização, todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

Ficará a CONTRATADA obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados pela fiscalização, logo após a comunicação devidamente registrada no livro de ocorrências, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

#### **1.1.5 Dos Projetos:**

A obra deverá ser acompanhada de projetos e detalhes fornecidos em desenhos e memorial descritivo, os quais obedecerão aos critérios da construção definida.

Em caso de omissão de especificações, prevalecerá o disposto no projeto arquitetônico ou na discriminação do orçamento;

Quando houver omissão nas especificações, no projeto arquitetônico e discriminação do orçamento será feita uma consulta à fiscalização.

Os serviços serão executados em estrita e total observância às indicações constantes dos projetos fornecidos pela FISCALIZAÇÃO e referidos nestas especificações.

Cabe a CONTRATADA, elaborar, de acordo com as necessidades da obra, desenhos de detalhes de execução, os quais serão, previamente, examinados pela FISCALIZAÇÃO.

Os detalhes e modificações, surgidos no decorrer da construção, só poderão ser executados depois de aprovados pela FISCALIZAÇÃO, que devolverá uma das vias convenientemente datada e assinada, com o carimbo aprovado.

Nenhuma modificação poderá ser feita no projeto sem o consentimento da FISCALIZAÇÃO, mesmo que tal modificação influa ou não sobre o valor da construção.

Durante a construção, poderá a FISCALIZAÇÃO apresentar desenhos complementares, os quais serão apresentados a CONTRATADA para que este fique ciente.

A inobservância das presentes especificações ou projetos implica na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a contratada refazer as partes renegadas sem direito a indenização.

#### **1.1.6 Das Divergências:**

Poderão ocorrer em caso de obras financiadas através de Convênios, a juízo da FISCALIZAÇÃO, que as disposições do respectivo Edital de Licitação diverjam das que constam do presente Caderno Geral de Especificação, devendo neste caso, prevalecerem as disposições do Edital. No caso de divergência entre as especificações do presente Caderno ou complementares e o projeto com os respectivos detalhes, fica estabelecido, para todos os efeitos, que prevalecerão sempre as ressalvas e disposições das especificações do Caderno Geral de Especificação.

Em caso de divergência entre as cotas assinaladas no projeto e as suas

dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre as primeiras.  
Em caso de divergência entre desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre as de maior escala.  
Em caso de dúvida quanto a interpretação dos desenhos, das especificações complementares e deste Caderno, será consultada sempre a Fiscalização.

#### **1.1.7 Emolumentos:**

A Empreiteira é obrigada a obter as suas custas todas as licenças, prorrogações e franquias necessárias, pagando os emolumentos prescritos por lei, observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e segurança no trabalho.

Cabe às Empreiteiras todas as providências que se fizerem necessárias à execução das obras, junto às Repartições Públicas, Autarquias e Sociedades de Economia Mista, obrigando-se ao cumprimento de qualquer formalidade exigida.

A Empreiteira será responsável pelo pagamento das multas porventura impostas pelas diversas autoridades, inclusive as que por imposição legal, venham a recair sobre a FISCALIZAÇÃO, uma vez que digam respeito à obra e à sua execução.

A Empreiteira deverá afixar em locais de fácil visualização as placas alusivas de identificação da mesma, conforme modelo fornecido pela FISCALIZAÇÃO e aqueles constantes do Edital.

#### **DA FISCALIZAÇÃO:**

A FISCALIZAÇÃO, realizará o acompanhamento da obra como melhor lhe aprouver, designando, para tal, engenheiros ou arquitetos, seus funcionários ou não.

A FISCALIZAÇÃO dará as suas instruções, por escrito, às Empreiteiras.

Fica assegurado à FISCALIZAÇÃO o direito de ordenar a suspensão parcial ou total da obra, caso não sejam atendidas, dentro de quarenta e oito horas, as reclamações porventura feitas por motivo de defeitos essenciais na execução das obras, aplicação errada de materiais ou emprego de materiais rejeitados, independentemente de outras penalidades que possam ser aplicadas às Empreiteira e sem que esta tenha direito a qualquer indenização.

Serão embargados e recusados pela FISCALIZAÇÃO todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

A CONTRATADA ficará obrigado a demolir e a refazer os trabalhos que não estejam conforme as especificações, logo após o recebimento da notificação correspondente, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessa providência.

A CONTRATADA é obrigada a dispensar, imediatamente após o recebimento de ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário, mestre ou subordinado seu que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha a demonstrar incapacidade técnica, conduta nociva

ou prejudicial à ação da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA se obriga a providenciar, durante a construção, fácil acesso a qualquer ponto da obra, a fim de que no Engendrar Fiscal possa exercer, sem risco, ou dificuldade, sua função, bem como a quaisquer oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde, se encontram materiais destinados à construção, serviços ou obras em preparo.

É vedado à Fiscalização dar ordens diretas a encarregados e aos operários; estas deverão ser transmitidas por escrito às Empreiteiras.

Todos os documentos e materiais da Fiscalização ficarão no barracão da construção em imóvel separado, com chave sob a responsabilidade do encarregado da obra.

A FISCALIZAÇÃO poderá ter um ou mais auxiliares, que fará a devida comunicação por escrito à Empreiteira.

O fato de existência da FISCALIZAÇÃO não elimina nem reduz a responsabilidade integral, única e exclusiva da Empreiteira pela obra contratada, nos termos da legislação vigente, como reza o Artigo 1245 do Código Civil Brasileiro, mesmo depois de lavrado o termo de recebimento definitivo da obra.

#### **DAS SUB-EMPREITEIRAS E OUTROS SERVIÇOS:**

A CONTRATADA não poderá subempreitar as obras e serviços contratados no seu todo, podendo, contudo, fazê-lo parcialmente para cada serviço, mantendo, porém, a sua responsabilidade direta junto às FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO se reserva o direito de contratar quaisquer serviços complementares ou instalações especializadas não incluídas no contrato de empreitada, sem pagamento adicional à Empreiteira, que ficará obrigada a pôr gratuitamente à disposição dos outros contratantes, os andaimes e meios de transportes da obra.

#### **ADMINISTRAÇÃO DA OBRA:**

A empreiteira deverá manter no local da obra:

Livro de Ocorrência, destinado ao registro diário das atividades, determinações da fiscalização, ocorrências relevantes e eventuais não conformidades, devendo permanecer sempre disponível para consulta;

Uma via do contrato e de todos os seus aditivos, termos complementares e documentos correlatos vigentes;

Cópias atualizadas dos projetos executivos, memoriais e detalhes construtivos, para uso exclusivo da fiscalização e da equipe técnica da obra;

Registro formal das alterações autorizadas, devidamente aprovadas pela fiscalização e pela contratante antes da execução;

Cronograma físico-financeiro de execução, aprovado e compatível com o planejamento global da obra;

Responsável técnico habilitado pela execução da obra, sendo Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, devidamente registrado no CREA ou CAU, com emissão e apresentação da respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade



Técnica), referente ao objeto contratado;  
Engenheiro de Segurança do Trabalho, obrigatório conforme NR-18 do MTE e Lei nº 6.496/1977, para obras com mais de 20 trabalhadores ou executadas com recursos públicos, responsável pela elaboração e acompanhamento do PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), plano de segurança e monitoramento das condições de trabalho;

Equipe técnica de apoio, composta, quando aplicável, por Técnico em Edificações, Mestre de Obras e demais profissionais necessários à condução adequada dos serviços;

Cópia integral do orçamento detalhado da obra, contendo planilhas de quantitativos e custos unitários, para conferência e controle pela fiscalização.

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO CONSTRUTOR:**

A direção da obra ficará a cargo de um Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente registrado no CREA ou CAU, auxiliado por um encarregado geral, devendo o encarregado estar presente no recinto dos trabalhos durante todas as horas de serviço.

**ORDEM DE SERVIÇO:**

Todas as ordens de serviços e comunicação da Fiscalização à Empreiteira, ou vice-versa, serão transmitidas por escrito, devidamente numeradas em duas vias, uma das quais ficará em poder do transmissor, depois de visada pelo destinatário.

**DIÁRIO DE EXECUÇÃO:**

A CONTRATADA deverá manter na obra um "Diário de Execução" no qual deverão ser anotadas todas as ordens de modificações, indicações técnicas, etc., devendo também ser anotadas diariamente todas as ocorrências importantes, dignas de registro relativas à execução da obra, como entrada de materiais, datas de concretagens serviços em execução, retiradas de moldes e escoramento.

O "Diário de Execução" deverá ser exibido à Fiscalização, por ocasião de suas visitas, a qual deverá visá-lo e consignar suas observações.

Quando terminar a construção, será entregue o "Diário de Execução" à Fiscalização.

**RESPONSABILIDADE:**

Em casos de sinistros, a CONTRATADA responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente causar à FISCALIZAÇÃO, a Pessoas ou Propriedade de Terceiros em decorrência de execução da obra, correndo às suas expensas, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar.

Correrão por conta, responsabilidade e riscos da Empreiteira, as consequências de:

Sua negligência, imperícia ou imprudência.

Imperfeição e insegurança da obra.

Falta de solidez dos trabalhos executados, mesmo após o término do contrato.

Infrações relativas ao direito de propriedade industrial.

Furto, perda, deterioração ou avaria de materiais ou aparelhagem usados na execução dos serviços.

Ato ilícito, de seus empregados ou terceiros.

Acidente de qualquer natureza, com materiais, aparelhagem, empregados ou terceiros, na obra ou em decorrência dela.

Taxas por fornecimento de desenhos, especificações e detalhes na execução de serviços, quando o fizerem as Superintendências de Desenvolvimento Urbano ou a Superintendência de Desenvolvimento Rural, sujeitos, porém a aprovação prévia da Superintendência Executiva das mesmas.

Prejuízos causados às Superintendências de Desenvolvimento Urbano ou à Superintendência de Desenvolvimento Rural e a terceiros, por si e seus operários, durante a execução dos serviços a seu encargo.

Correção de falhas verificadas durante a construção.

Ligações provisórias e definitivas para fornecimento de luz e água e para utilização de esgotos, até a data de expedição do recebimento definitivo.

Ocorrendo incêndio ou outro sinistro na obra, que atinjam os serviços a cargo da CONTRATADA, as partes atingidas serão reparadas ou refeitas pela mesma, a juízo exclusivamente da FISCALIZAÇÃO, iniciando-se os trabalhos dentro de 03 (três) dias da notificação.

A CONTRATADA se obriga a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados e os materiais e a aparelhagem, cabendo-lhe toda responsabilidade por quaisquer perdas ou danos que venham a sofrer. A CONTRATADA ficará responsável pelo cumprimento das Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de todas as demais relativas à empreitada ajustada.

#### **PRAZOS E MULTAS:**

Assinado o contrato, a CONTRATADA iniciará os trabalhos dentro de 08 (oito) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço expedida pelas FISCALIZAÇÃO, salvo disposição diferente constante do Edital ou do contrato de construção.

A CONTRATADA executará as obras e serviços dentro dos prazos do contrato, obrigando-se a entregar inteiramente concluídos ao fim desses prazos, com as Licenças e Habite-se fornecidos pelas autoridades competentes.

A CONTRATADA ficará sujeita a multa conforme Edital, entretanto, não incorrerá nas multas acima durante as prorrogações compensatórias do prazo inicial, concedidas nos casos de impedimentos da execução das obras e serviços por motivo de força maior, na forma que vier a ser

contratada nem durante os prazos adicionais previamente ajustados, concernentes as execuções de acréscimos ou modificações na obra ou serviços contratados.

#### **ENSAIOS E PROVAS:**

A CONTRATADA se obriga a mandar executar por sua conta, em laboratório de reconhecida idoneidade, os ensaios de resistência e compressão de concreto, conforme a norma NBR-6118, entregando os certificados dos respectivos ensaios a Fiscalização.

Outros ensaios que as FISCALIZAÇÃO considerarem necessários para verificação da qualidade de materiais e serviços, poderão ser exigidos, ficando a CONTRATADA obrigada a providenciar a sua execução.

O não atendimento das exigências quanto aos ensaios e provas impedirá a FISCALIZAÇÃO de efetuar o recebimento da obra ou serviço.

#### **LIMPEZA:**

Será de responsabilidade da CONTRATADA manter o canteiro de obras sempre limpo, livre de acúmulo das sobras e excessos de materiais, sucatas e similares que possam vir a provocar acidentes.

Tanto quanto possível não deverão ser retirados dos almoxarifados materiais outros que não os estritamente necessários aos trabalhos programados para execução imediata.

#### **ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO:**

Considerando - As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos poderes legislativo e judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do trabalho - CLT.

Compete ao engenheiro de Segurança do Trabalho indicado pela FISCALIZAÇÃO:

Adotar medidas necessárias à fiel observância dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança do trabalho;

Impor as penalidades cabíveis por descumprimento dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança do trabalho;

Embargar obra, interditar setor de serviço, canteiro de obra, frente de trabalho, locais de trabalho, máquinas e equipamentos;

Notificar as empresas, estipulando prazos para eliminação e/ou neutralização de insalubridade.

Cabe ao empregador:

Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança do trabalho;

Elaborar ordens de serviço sobre segurança do trabalho, dando ciência aos



empregados, com os seguintes objetivos:

Prevenir atos inseguros no desempenho do trabalho;

Divulgar as obrigações e proibições que os empregados devem conhecer e cumprir;

Adotar medidas para eliminar ou neutralizar a insalubridade e as condições de trabalho.

Embargo ou Interdições:

O Engenheiro de Segurança, conforme o caso, que demonstre grave e iminente risco para o trabalho, poderá interditar, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargar obra, indicando na decisão tomada, as providências que deverão ser adotadas para precaução de acidentes do trabalho.

É considerado grave e iminente risco, toda condição ambiental de trabalho que possa causar acidente do trabalho ao trabalhador.

A interdição importará na paralisação total ou parcial do setor de serviço, máquina ou equipamento.

O embargo importará na paralisação total ou parcial da obra.

Considera-se obra todo e qualquer serviço de engenharia de construção, montagem, instalação, manutenção e reforma.

A interdição ou embargo poderá ser requerido pelo Setor de Segurança do Trabalho da FISCALIZAÇÃO.

Responderá por desobediência, além das medidas penais cabíveis, quem, após determinada a interdição ou embargo, ordenar ou permitir o funcionamento de um dos setores de serviço, a utilização de máquinas ou equipamentos, ou prosseguimento da obra.

#### **1.1.8 Fiscalização e penalidades:**

Incumbe ao Engenheiro de Segurança do Trabalho, no exercício de suas prerrogativas e nos limites de sua competência em engenharia de segurança do trabalho;

Inspecionar os locais de trabalho, a fim de verificar o cumprimento da legislação de segurança do trabalho;

Determinar medidas técnicas de proteção ao trabalho, de imediato e irrecusável cumprimento pelo empregador, sempre que comprove a existência de perigo iminente para segurança do trabalho;

Notificar os empregadores no sentido de que adotem medidas de imediata aplicação ou no prazo que lhes for concedido para sanar situação irregular;

O não cumprimento das disposições legais regulamentares sobre segurança do trabalho, ocorrerão ao empregador a aplicação das penalidades previstas;

O empregador que não estiver cumprindo as disposições legais e regulamentares sobre segurança do trabalho, exigidas pela FISCALIZAÇÃO sofrerá multa diária no valor de 1% (um) por cento do valor do contrato.

#### Sinalização:

A sinalização da obra deverá ser executada de acordo com modelo fornecido pelas FISCALIZAÇÃO. Estas deverão ser colocadas em locais determinados pelo Engenheiro de Segurança. O mínimo de placas a serem colocadas em cada obra deverá ser determinado pelo Engenheiro de Segurança. No que diz respeito a segurança do trabalho, deverão ser obedecidas todas as Normas Regulamentadoras - NR (NR-1 a NR-28) elaboradas pelo Ministério do Trabalho, e as Normas Brasileiras - NBR, elaboradas pela ABNT, no que diz respeito a segurança do trabalho.

#### RECEBIMENTO DA OBRA:

##### Provisório:

Concluídos os serviços e efetuada a última medição, a obra será considerada recebida "provisoriamente".

##### Definitivo:

A Obra será considerada devidamente concluída, quando forem observadas todas as condições previstas neste caderno e no Edital. Daí será lavrado o termo de recebimento definitivo e devidamente assinado, por uma comissão de 03 (Três) membros designados para este fim.

## 2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Este material define a sistemática a ser empregado na execução do referido Objeto, aqui são apresentadas definições e quantitativos de serviços a serem executados pela empresa contratada e gerenciada por esta Prefeitura.

### 2.1. MOBILIZAÇÃO / DESMOBILIZAÇÃO

Instalação e posterior retirada da infraestrutura necessária à execução da operação (base de apoio, transporte de equipamentos, embarcações, barreiras, tanques e materiais absorventes).

### 2.2. EQUIPE TÉCNICA OPERACIONAL

Formação de equipe multidisciplinar composta por profissionais especializados em engenharia ambiental, segurança, transporte e operação de equipamentos para atuação em campo.

#### Composição da Equipe:

- Engenheiro ambiental sênior
- Engenheiro químico sênior
- Engenheiro ambiental pleno

- Encarregado da equipe
- Técnicos ambientais (mínimo 4)
- Técnico de segurança do trabalho
- Serventes
- Motoristas de apoio

## **2.3. EQUIPAMENTOS, INSUMOS E TÉCNICAS DE OPERAÇÃO**

### **3.1 CONTENÇÃO COM BARREIRAS ABSORVENTES (POLIPROPILENO)**

**Descrição:**

Instalação de barreiras flutuantes oleofílicas ao longo da superfície do rio para contenção da mancha de óleo.

**Especificações:**

- Barreira de 3 m por lance, em polipropileno, com boias flutuantes.
- Quantidade estimada: 280 unidades.
- Estimasse o posicionamento transversal e longitudinal, em aproximadamente 20 pontos na extensão do rio, esses pontos serão determinados pela SEMMA.

### **3.2 APLICAÇÃO DE MANTAS ABSORVENTES (25 cm × 40 cm × 4 mm)**

**Descrição:**

Uso de mantas de polipropileno para absorção localizada de óleo em margens, vegetação, troncos e encostas contaminadas.

**Especificações:**

- Aplicação manual por equipe técnica.
- Quantidade: 9.600 unidades.
- Capacidade média de absorção: 1,25 litro por manta.

### **3.3 USO DE ABSORVENTE GRANULADO NATURAL – “TURFA” (SACO DE 10 KG)**

**Descrição:**

Distribuição de turfa vegetal (material oleofílico, orgânico e biodegradável) em áreas de solo contaminado e vegetação saturada.



**Especificações:**

- Capacidade de absorção: 70 litros por saco.
- Aplicação pontual em áreas críticas, nas margens e vegetações .
- Quantidade: 114 sacos de 10 kg.

**3.4 OPERAÇÃO COM CAIXA SEPARADORA DE ÁGUA E ÓLEO (CSAO)**

**Descrição:**

Equipamento utilizado para tratar a água coletada contaminada com óleo antes de seu descarte ou reuso, conforme padrão CONAMA.

**Especificações:**

- Vazão de até 5 m<sup>3</sup>/h.
- Separação por gravidade e placas coalescentes.
- Quantidade: 1 unidades.
- Instalação em pontos estratégicos de coleta.

**3.5 TRANSPORTE DE EFLUENTES COM CAMINHÃO PIPA**

**Descrição:**

Utilização de caminhão-pipa de 10.000 L para transporte da água contaminada, óleo separado e efluentes gerados.

**Especificações:**

- Caminhão modelo MB 2423K ou equivalente.
- Operação contínua com motorista habilitado.
- Duração: 176 horas.

**3.6 EMBARCAÇÕES MOTORIZADAS**

**Descrição:**

Locação de embarcações com motor de popa, marinheiro e ajudante, para operação em pontos fluviais inacessíveis por terra.

**Especificações:**

- Inclusa mão de obra, combustível e manutenção.
- Quantidade: 2 embarcações.

- Carga horária: 352 horas por embarcação.

#### 2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Todos os resíduos recolhidos serão armazenados temporariamente em local seguro e posteriormente destinados a empresas licenciadas.
- A execução seguirá protocolos de segurança, com equipe equipada com EPI conforme NR-6.
- Os relatórios diários serão emitidos com registro fotográfico e georreferenciado da operação.
- Ao final, será entregue Relatório de Conclusão com evidência das áreas limpas e resíduos encaminhados.
- 

Bragança (PA), 21 de janeiro de 2026



Documento assinado digitalmente  
MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS  
Data: 29/01/2026 23:13:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS**

*Engenheiro Civil*  
CONFEA 150933038-0

## MEMORIAL DESCRITIVO

**Contratação de empresa especializada  
para a operação emergencial ambiental  
de limpeza do rio caeté, no município de  
Bragança/PA.**

**BRAGANÇA – PARÁ  
2026**



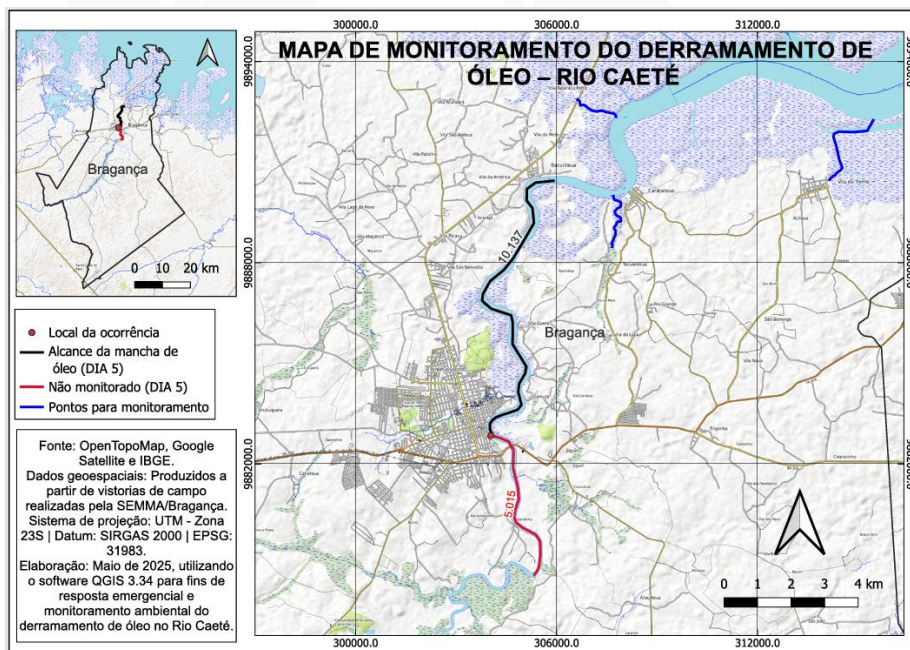
## MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO

### 1.0 FINALIDADES

O presente Memorial tem por finalidade descrever as obras, serviços e equipamento necessários para execução dos serviços de atendimento emergencial para limpeza do Rio Caeté no município de Bragança - PA.

Este serviço visa executar a contenção, remoção e tratamento dos resíduos oleosos provenientes de derramamento de óleo combustível de embarcações, abrangendo uma extensão entre 10 a 14 km do rio, de forma a restabelecer as condições ambientais e atender à legislação vigente (CONAMA nº 398/2008, nº 430/2011 e nº 357/2005).

Imagem 1 – Mapa de monitoramento do derramamento de óleo, Rio caeté em Bragança/PA.



FONTE: DEFESA CIVIL

### 1.1 Clima e índice pluviométrico:

O clima do município é do tipo AWI, da classificação de Köppen, apresentando reduzida amplitude térmica e índice pluviométrico anual de cerca de 2.100 mm. Desta pluviosidade, 90% distribui-se nos seis primeiros meses do ano. Apresenta, assim, excedente hídrico anual, entre fevereiro e junho, e deficiência hídrica, entre agosto e dezembro.

### 1.2 Fonte de renda:

A comunidade desenvolve e comercializa basicamente o extrativismo vegetal a exemplo e colheita de frutos regionais, como: cupuaçu, bacuri, pupunha, buriti, etc.; o cultivo da raiz da mandioca na produção de farinha lavada para o próprio consumo e comercialização do excedente, além da pequena criação de bovinos e pequenos animais.

### 1.3 Formação dos solos:

A formação dos solos da região do extremo Nordeste do Estado é representada por solos do tipo sedimentares, na maioria das formações de solos Latossolo Amarelo, textura média, e Concrecionários Lateríticos. Outra ocorrência é a de solos aluviais, além de indiscriminados de mangues, na porção litorânea.

### 1.4 Vegetação:

A cobertura vegetal é constituída, predominantemente, pelas Florestas Secundárias (capoeiras), em diversos estágios de regeneração, que substituíram a cobertura florestal primária de floresta tropical úmida, subtipo densa dos baixos platôs. No litoral, onde ocorre a influência salina do mar. Às margens dos pequenos rios, incide a mata ciliar ainda preservada e trechos de várzea com sua vegetação típica de espécies ombrófilas dicotiledôneas e palmeiras.

### 1.5 Topografia:

A topografia local acompanha a planicidade de suas formas de relevo, apresentando no entorno da região nordeste do estado, pequenas depressões e montes, tendo como variação máxima altimétrica aproximadamente igual a 10 metros, com a presença predominante de nascentes e pequenos “braços” de rios que desaguam em direção ao afluente secundário que desembocam até o rio principal Caeté em quase a totalidade de seu território.

## JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O derramamento de aproximadamente **20.000 litros** de Óleo Diesel no Rio Caeté, constitui uma grave ameaça ao meio ambiente, à saúde pública e econômica de todas as comunidades que vivem e dependem do mesmo para sua subsistência. Diante da ocorrência registrada, justifica-se a **necessidade imediata de intervenção com serviços de emergência**

**ambiental.** conforme descrito a seguir:

### **2.1 Danos Sociais e Econômicos**

Além dos impactos ecológicos, o derramamento pode comprometer atividades econômicas como pesca, turismo, lazer e navegação.

O Município de Bragança possui na pesca uma das principais atividades econômicas. Essa atividade faz parte da subsistência de várias comunidades que estão as margens do Rio Caeté. A contaminação do corpo hídrico do rio, prejudica muitas famílias que dependem do mesmo para seu sustento.

Uma resposta emergencial rápida reduz os custos com recuperação ambiental posterior e evita litígios com a comunidade afetada.

### **2.2 Prevenção de Impactos à Saúde Pública e ao Abastecimento**

O Rio se torna muitas vezes fonte de abastecimento de água para comunidades. A contaminação pode inutilizar esta água por tempo indeterminado.

A exposição direta ou indireta ao óleo pode causar problemas de pele, respiratórios e intoxicações, principalmente em populações ribeirinhas.

### **2.3 Risco Ambiental Imediato**

O óleo forma uma camada superficial que impede a troca gasosa, afetando diretamente os níveis de oxigênio dissolvido na água.

A presença de hidrocarbonetos compromete a flora e fauna aquática, podendo causar mortandade em massa de peixes, invertebrados e outros organismos.

O óleo pode atingir margens, raízes de vegetações ribeirinhas e infiltrar-se no solo, prolongando sua ação contaminante.

### **2.4 Necessidade de Contenção Rápida**

A dinâmica de correnteza do rio pode arrastar o contaminante por longas distâncias, ampliando o raio de impacto e dificultando a mitigação.

A instalação de barreiras flutuantes e dispositivos de absorção (mantas, turfa) é essencial para impedir a dispersão do óleo.



Bragança (PA), 23 de janeiro de 2026

**Elaborado por:**



Documento assinado digitalmente  
**MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS**  
Data: 29/01/2026 23:14:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Mayra Thamiris Silveira Matos**  
Arquiteta e Urbanista  
A3147797 CAU BR/PA

**OBJETO:** OPERAÇÃO DE ATENDIMENTO EMERGENCIA AMBIENTAL PARA LIMPEZA DO RIO CAETÉ  
**LOCAL/MUNICÍPIO/UF:** BRAGANÇA/PA  
**REFERÊNCIA:** SINAPI - 06/2025 / SICRO3 - 04/2025 / ORSE - 05/2025 / EMBASA - 01/2025 / COTAÇÕES  
**DATA:** JUNHO/2025

**COMPOSIÇÃO BDI PARA SERVIÇOS**

ITENS	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
1	Administração Central (AC)	5,52%
2	Seguro e Garantia (S + G)	1,22%
3	Taxa de Risco (R)	2,32%
4	Bonificação / Lucro Bruto (B)	8,40%
5	Impostos (I)	8,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISSQN	5,00%
	CPRB	0,00%
6	Despesas Financeiras (F)	1,02%
$BDI(\%) = \frac{(1 + AC + S + G + R) \times (1 + F) \times (1 + B)}{(1 - I)} - 1$		30,74%

**COMPOSIÇÃO BDI PARA INSUMO**

ITENS	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL
1	Administração Central (AC)	3,45%
2	Seguro e Garantia (S + G)	0,48%
3	Taxa de Risco (R)	0,85%
4	Bonificação / Lucro Bruto (B)	5,11%
5	Impostos (I)	3,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISSQN	0,00%
	CPRB	0,00%
6	Despesas Financeiras (F)	0,85%
$BDI(\%) = \frac{(1 + AC + S + G + R) \times (1 + F) \times (1 + B)}{(1 - I)} - 1$		15,28%

Documento assinado digitalmente




MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS  
Data: 29/01/2026 13:45:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Mayra Thamiris Silveira Matos  
Arquiteta e Urbanista  
A3147797 CAU BR/PA

**OBJETO:** OPERAÇÃO DE ATENDIMENTO EMERGENCIA AMBIENTAL PARA LIMPEZA DO RIO CAETÉ  
**LOCAL:** BRAGANÇA/PA  
**REFERÊNCIA:** SINAPI - 06/2025 / SICRO3 - 04/2025 / ORSE - 05/2025 / EMBASA - 01/2025 / COTAÇÕES  
**DATA:** JUNHO/2025

**CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO**

ITEM	UNIDADE	VALOR DO INVESTIMENTO	%	15 DIAS	30 DIAS	45 DIAS	60 DIAS	TOTAIS
1	MOBILIZAÇÃO / DESMOBILIZAÇÃO	R\$ 15.221,00	1,54%	50,00%			50,00%	100,00%
				R\$7.610,50			R\$7.610,50	R\$15.221,00
				15,00%	35,00%	25,00%	25,00%	100,00%
2	EQUIPE TÉCNICA	R\$ 243.471,58	24,68%	R\$36.520,74	R\$85.215,05	R\$60.867,90	R\$60.867,90	R\$243.471,59
				15,00%	35,00%	25,00%	25,00%	100,00%
				R\$109.196,29	R\$254.791,35	R\$181.993,82	R\$181.993,82	R\$727.975,28
3	EQUIPAMENTOS / INSUMOS	R\$ 727.975,28	73,78%	15,00%	35,00%	25,00%	25,00%	100,00%
				R\$153.327,53	R\$340.006,40	R\$242.861,72	R\$250.472,22	R\$986.667,87
				R\$153.327,53	R\$493.333,93	R\$736.195,65	R\$986.667,87	
TOTAL SIMPLES		R\$986.667,86		R\$153.327,53	R\$340.006,40	R\$242.861,72	R\$250.472,22	R\$986.667,87
TOTAL ACUMULADO		R\$986.667,86		R\$153.327,53	R\$493.333,93	R\$736.195,65	R\$986.667,87	
% SIMPLES			100%	15,54%	34,46%	24,61%	25,39%	100,00%
% ACUMULADO				15,54%	50,00%	74,61%	100,00%	

Documento assinado digitalmente  
 MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS  
Data: 29/01/2026 23:09:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



# TABELA DE CUSTOS CETRIC EMERGENCIAL CLIENTES

1. TARIFA DE RECURSOS HUMANOS			REVISÃO 08/2024
ITEM		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
1.1	Atendimento do Coordenador de Emergência (diurno)	Hora*	R\$ 185,77
1.2	Atendimento do Coordenador de Emergência (extra)	Hora*	R\$ 277,72
1.3	Atendimento do Operador de Emergência (diurno)	Hora*	R\$ 102,20
1.4	Atendimento do Operador de Emergência (Extra)	Hora*	R\$ 132,85
1.5	Atendimento do Técnico de Emergência (diurno)	Hora*	R\$ 133,48
1.6	Atendimento do Técnico de Emergência (Extra)	Hora*	R\$ 172,74
1.8	Viatura Operacional	Km	R\$ 5,88
1.9	Viatura Operacional Expresso	Km	R\$ 4,30
1.10	Viatura Operacional de Apoio	Km	R\$ 3,73
1.12	Hospedagem	Diária	R\$ 177,90
1.13	Alimentação	Unidade	R\$ 42,33
1.14	Relatório de Atendimento	Unidade	R\$ 0,00
2. TARIFA DE RECURSOS MERCOSUL <sup>1</sup>			
ITEM		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
2.1	Atendimento do Técnico de Emergência (diurno)	Hora*	R\$ 345,96
2.2	Atendimento do Técnico de Emergência (noturno, finais de semana e fe	Hora*	R\$ 449,78
2.3	Viatura Operacional	Km	R\$ 10,18
2.4	Viatura Operacional Expresso	Km	R\$ 8,18
2.5	Viatura Operacional de Apoio	Km	R\$ 6,71
2.6	Foto Atendimento	Unidade	R\$ 0,00
2.7	Hospedagem	Diária	R\$ 362,28

2.8	Alimentação	Unidade	R\$ 72,45
2.9	Relatório de Atendimento	Diária	R\$ 0,00
2.10	Despesas Próprias (socorro e salvamento)	Unidade	Mediante cotação
<b>3. TREINAMENTO</b>			
<b>ITEM ¹</b>		<b>QTD / UNID COBRANÇA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
3.1	Instrutor de Treinamento (consultar grade)	Hora*	R\$ 310,54
3.2	Veículo para Deslocamento	Km ²	R\$ 2,38
3.3	Hospedagem	Diária	R\$ 228,10
3.4	Alimentação	Unidade	R\$ 46,62
3.5	Passagem Aérea	Unidade	Mediante cotação
<b>4. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO</b>			
<b>ITEM</b>		<b>QTD / UNID COBRANÇA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
4.1	Abafador de Ruído tipo concha	Unidade	R\$ 77,67
4.2	Blusa PVC	Unidade	R\$ 96,38
4.3	Bota de Proteção com Palmilha e Biqueira de Aço	Par	R\$ 183,12
4.4	Bota de Proteção para Químicos Perigosos Tech Master (TecMaster)	Par	R\$ 364,17
4.5	Bota de PVC	Par	R\$ 106,63
4.6	Calça PVC	Unidade	R\$ 96,38
4.7	Capa PVC	Unidade	R\$ 115,65
4.8	Capacete	Unidade	R\$ 105,53
4.9	Cilindro de Respiração Autônoma Reserva	Unid / Dia	R\$ 221,51
4.10	Cinto de Segurança (Tipo Paraquedista)	Unid / Dia ¹	R\$ 811,54
4.11	Cinto de Segurança (Tipo Paraquedista)	Unid / Dia ²	R\$ 202,92
4.12	Conjunto Completo de Respiração Autônoma (PA)	Unid / Dia	R\$ 1.024,79
4.13	Equipamento de Mergulho Completo ou Ar Mandado	Unid / Dia	R\$ 1.249,25
4.14	Filtro ABEK 3810 - Proteção Respiratória (VO, GA, SO <sub>2</sub> e NH <sub>3</sub> )	Unidade	R\$ 226,13
4.15	Filtro Máscara Semi-facial	Unidade	R\$ 50,12
4.16	Filtro Repirador para Nível C	Unidade	R\$ 47,00
4.17	Luva Barrier	Par	R\$ 120,00
4.18	Luva de Látex	Par	R\$ 10,68
4.19	Luva de Neoprene	Par	R\$ 62,65
4.20	Luva de PVC	Par	R\$ 26,47

4.21	Luva de Raspa	Par	R\$ 52,21
4.22	Luva de Vaqueta	Par	R\$ 40,69
4.23	Luva Nitrílica	Par	R\$ 33,10
4.24	Luva Silver Shield	Par	R\$ 94,97
4.25	Luva Viton	Par	R\$ 146,07
4.26	Máscara Panorâmica	Unidade	R\$ 1.197,40
4.27	Máscara Semi-Facial com Filtro	Unidade	R\$ 128,90
4.28	Óculos de Proteção	Unidade	R\$ 44,09
4.29	Óculos de Proteção Ampla Visão	Unidade	R\$ 75,79
4.30	Óculos de Proteção UV	Unidade	R\$ 22,75
4.31	Perneira de Couro	Unidade	R\$ 110,14
4.32	Protetor Auricular Tipo Plug	Par	R\$ 12,84
4.33	Protetor Solar FPS 30	Unidade	R\$ 52,17
4.34	Respirador Descartável Semi-Facial PFF2 com Válvula	Unidade	R\$ 8,86
4.35	Roupa de Aproximação Proteção Térmica	Diária	R\$ 713,94
4.36	Sapato de Segurança de Couro	Par	R\$ 140,19
4.37	Traje de Proteção PVC Tipo Sanitarista	Unidade	R\$ 331,31
4.38	Traje de Proteção Química Encapsulado Valvular	Unid / Dia	R\$ 9.950,14
4.39	Traje de Proteção Química Encapsulado Não Valvular	Unid / Dia	R\$ 1.009,18
4.40	Traje de Proteção Tipo Jardineira	Unidade	R\$ 434,19
4.41	Traje de Proteção Tyvek	Unidade	R\$ 91,08
4.42	Traje de Proteção Tychem QC®	Unidade	R\$ 102,67
4.43	Traje de Proteção Tychem SL®	Unidade	R\$ 416,92

## 5. RECURSOS HUMANOS ESPECIALIZADOS

ITEM ¹		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
5.1	Agente de Segurança Patrimonial	Diária	R\$ 355,67
5.2	Auditor SASSMAQ / ISO 9001 / ISO 14001 / OHSAS 18001	Hora*	R\$ 466,15
5.3	Auxiliar Administrativo	Hora*	R\$ 73,08
5.4	Auxiliar de Serviços Gerais (Ajudante)	Hora*	R\$ 88,20
5.5	Biólogo	Hora*	R\$ 278,59
5.7	Desenhista Técnico (Cadista)	Hora*	R\$ 133,87
5.8	Engenheiro Ambiental	Hora*	R\$ 308,67
5.9	Engenheiro de Segurança do Trabalho	Hora*	R\$ 308,67



5.10	Engenheiro Químico	Hora*	R\$ 308,67
5.11	Equipe de Sondagem	Diária + Deslocamento	R\$ 10.818,52
5.12	Geólogo	Hora*	R\$ 308,67
5.13	Gerente de Logística	Hora*	R\$ 217,09
5.14	Gerente Operacional	Hora*	R\$ 217,09
5.15	Marinheiro	Hora*	R\$ 325,63
5.16	Mecânico	Hora*	R\$ 116,98
5.17	Mergulhador	Hora*	R\$ 551,43
5.18	Operador de Equipamento	Hora*	R\$ 147,16
5.19	Técnico em Segurança do Trabalho	Hora*	R\$ 192,21
5.20	Especialista HAZMAT	Hora*	R\$ 546,80

## 6. PRODUTOS ABSORVENTES / CONTENÇÃO

ITEM		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
6.1	Almofada (0,45 m x 0,25 m)	Unidade	R\$ 39,59
6.2	Argila	Kg	R\$ 83,23
6.3	Boiler	Unidade	R\$ 271,38
6.4	Barreira Absorvente (3,00 m x 0,12 m)	Unidade	R\$ 263,34
6.5	Barreira Absorvente (3,00 m x 0,20 m)	Unidade	R\$ 292,04
6.6	Barreira de Contenção (1,00 m)	Diária	R\$ 180,90
6.7	Big Bag (1.000 kg)	Unidade	R\$ 78,00
6.8	Big Bag (750 kg)	Unidade	R\$ 56,39
6.9	Caixa Separadora Água e Óleo	Diária	R\$ 325,63
6.10	Conjunto de Batoque	Kit	R\$ 180,90
6.11	Cordão Absorvente para Hidrocarbonetos (1,20 m)	Unidade	R\$ 196,74
6.12	Cordão Absorvente para Químicos (1,20 m)	Unidade	R\$ 196,74
6.13	Kit Cloro A	Diária	R\$ 1.193,99
6.14	Kit Cloro B	Diária	R\$ 1.563,08
6.15	Kit Cloro C	Diária	R\$ 2.306,62
6.16	Kit Vácuo Portátil	Diária	R\$ 222,55
6.17	Manta Absorvente para Hidrocarbonetos	Unidade	R\$ 9,36
6.18	Manta Absorvente para Químicos	Unidade	R\$ 9,36
6.19	Manta de Chumbo	Unidade	R\$ 50,14
6.20	Massa Epoxi (Araldite® / Durepox®)	Caixa	R\$ 84,80

6.21	Massa Vedante Plug	kg	R\$ 129,97
6.22	Rolo (tapete) Absorvente - Polipropileno	Unidade	R\$ 1.247,16
6.23	Tanque Portátil (1.000 L)	Unidade	R\$ 361,83
6.24	Tanque Portátil (400 L)	Unidade	R\$ 234,03
6.25	Turfa Absorvente (embalagem de 10 kg)	Unidade	R\$ 311,84
6.26	Turfa Absorvente (embalagem de 27 kg)	Unidade	R\$ 841,99
6.27	Vermiculita Especial (embalagem de 10 kg)	Unidade	R\$ 87,30

## 7. EQUIPAMENTOS

ITEM		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
7.1	Conjunto para Transferência Classe 2	Diária	R\$ 7.634,21
7.2	Conjunto para Transferência Classe 3	Diária	R\$ 3.131,71
7.3	Conjunto para Transferência Classe 5,6,8 (clorados)	Diária	R\$ 2.958,82
7.4	Conjunto para Transferência Classe 56,8 (não clorados)	Diária	R\$ 3.698,53
7.5	Conjunto para Transferência Classe 9	Diária	R\$ 3.131,71
7.6	Bomba de Engrenagem (Petroleira)	Diária	R\$ 834,54
7.7	Bomba Pneumática - Aço Inox	Diária	R\$ 834,54
7.8	Bomba Pneumática - Polipropileno	Diária	R\$ 834,54
7.9	Compressor de Ar 100 PCM - Parafuso	Diária	R\$ 834,54
7.10	Compressor de Ar Portátil	Diária	R\$ 834,54
7.11	Detector Multigás / Oxiesplosímetro / Detector 4 Gases	Diária	R\$ 808,63
7.12	Disco de Corte 4'	Unidade	R\$ 12,29
7.13	Disco de Desbaste 4'	Unidade	R\$ 12,91
7.14	Esmerilhadeira manual elétrica	Diária	R\$ 65,58
7.15	Exaustor Intrínseco	Diária	R\$ 402,33
7.16	Fita Medidora de pH (50 peças)	Unidade	R\$ 135,68
7.17	Furadeira com Jogo de Brocas	Diária	R\$ 26,47
7.18	Furadeira Pneumática	Diária	R\$ 95,93
7.19	Gerador Elétrico Portátil Bifásico	Diária	R\$ 834,54
7.20	Gerador Elétrico Trifásico - 21,0 KWA	Diária	R\$ 834,54
7.21	Kit de Aterramento (Terrômetro, cabos terra e hastes cobreadas)	Diária	R\$ 766,90
7.22	Macaco Hidráulico 30 T	Diária	R\$ 61,57
7.23	Mangote Aço Inox 1 ½"	Metro <sup>1</sup>	R\$ 724,61
7.24	Mangote Aço Inox 2"	Metro <sup>1</sup>	R\$ 931,63

7.25	Mangote Aço Inox 3"	Metro <sup>1</sup>	R\$ 1.304,29
7.26	Mangote KO 1 ½"	Metro <sup>1</sup>	R\$ 71,90
7.27	Mangote KO 2"	Metro <sup>1</sup>	R\$ 130,80
7.28	Mangote KO 3"	Metro <sup>1</sup>	R\$ 173,90
7.29	Mangote Teflon 1 ½"	Metro <sup>1</sup>	R\$ 2.608,57
7.30	Mangote Aço Inox 1 ½"	Metro <sup>2</sup>	R\$ 181,14
7.31	Mangote Aço Inox 2"	Metro <sup>2</sup>	R\$ 232,89
7.32	Mangote Aço Inox 3"	Metro <sup>2</sup>	R\$ 326,08
7.33	Mangote KO 1 ½"	Metro <sup>2</sup>	R\$ 17,97
7.34	Mangote KO 2"	Metro <sup>2</sup>	R\$ 32,68
7.35	Mangote KO 3"	Metro <sup>2</sup>	R\$ 43,48
7.36	Mangote Teflon 1 1/2"	Metro <sup>2</sup>	R\$ 652,15
7.37	Motossera	Diária	R\$ 170,41
7.38	Roçadeira	Diária	R\$ 170,41
7.39	pHmetro	Diária	R\$ 958,82
7.40	Queimador Portátil para Gases Inflamáveis - Flare	Diária	R\$ 4.031,76
7.41	Refletor de 1000 W / 220 V	Diária	R\$ 29,39
7.42	Refletor de 500 W / 220 V	Diária	R\$ 18,08
7.43	Serra Circular	Diária	R\$ 23,44
7.44	Sistema de Recarga Tipo Cascata	Diária	R\$ 3.661,33
7.45	Skimmer Convencional	Diária	R\$ 3.369,47
7.46	Termômetro à Laser	Diária	R\$ 144,92
7.47	Torre Móvel de Iluminação	Diária	R\$ 42,17
7.48	Tripé para Resgate e Salvamento em Espaço Confinado	Diária	R\$ 1.085,45
7.49	Unidade Móvel de Ar Respirável (Ar Mandado)	Diária	R\$ 1.585,53

## 8. MATERIAIS DIVERSOS

ITEM		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
8.1	Bombona (20 L)	Unidade	R\$ 123,01
8.2	Bombona (50 L)	Unidade	R\$ 187,70
8.3	Bombona (100 L)	Unidade	R\$ 345,98
8.4	Bombona (140 L)	Unidade	R\$ 404,77
8.5	Bombona (200 L)	Unidade	R\$ 484,39
8.6	Cavadeira Reta	Unidade	R\$ 76,68



8.7	Contentor de Polietileno (20 L)	Unidade	R\$ 76,68
8.8	Contentor de Alumínio (10 L)	Unidade	R\$ 186,55
8.9	Corda Polipropileno	Metro	R\$ 11,52
8.10	Embalagem de Nylon	Unidade	R\$ 18,08
8.11	Embalagem de Ráfia com Liner	Unidade	R\$ 9,56
8.12	Embalagem Plástica de Alta Densidade	Unidade	R\$ 5,89
8.13	Enxada Anti Faísca	Unidade	R\$ 70,03
8.14	Fita Adesiva	Unidade	R\$ 19,21
8.15	Fita de Alta Fusão	Unidade	R\$ 45,75
8.16	Fita de Isolamento	Unidade	R\$ 18,65
8.17	Fita Isolante	Unidade	R\$ 10,84
8.18	Fita Silver Tape (Rolo 50,00 m)	Unidade	R\$ 120,99
8.19	Fita Teflon (veda rosca)	Unidade	R\$ 13,57
8.20	IBC - PEAD (1.000 L) - Novo	Unidade	R\$ 2.046,57
8.21	Lanterna Intrínseca	Unid / Dia	R\$ 162,20
8.22	Lanterna Comum	Unid / Dia	R\$ 118,73
8.23	Lona Plástica	Metro quadrado	R\$ 7,11
8.24	Lona Trevira (4,00 m x 4,00 m)	Unidade	R\$ 163,76
8.25	Pá Anti Faísca	Unidade	R\$ 56,91
8.26	Peneira de Piscina com Cabo	Unidade	R\$ 244,23
8.27	Placas de Advertência	Unidade	R\$ 373,12
8.28	Rodo de Alumínio (50 cm)	Unidade	R\$ 121,72
8.29	Rodo de Madeira (30 cm)	Unidade	R\$ 85,21
8.30	Rodo de Plástico (50 cm)	Unidade	R\$ 60,85
8.31	Serrote	Unidade	R\$ 83,20
8.32	Spill Drum Contentor 200 L	Unidade	R\$ 1.649,20
8.33	Spill Drum Contentor 200 L	Diária	R\$ 823,97
8.34	Tambor Metálico (50 L)	Unidade	118,,73
8.35	Tambor Metálico (100 L)	Unidade	R\$ 186,55
8.36	Tambor Metálico (200 L)	Unidade	R\$ 203,53
8.37	Tubo de Silicone	Unidade	R\$ 45,22
8.38	Vassoura de Piaçava	Unidade	R\$ 73,03
8.39	Vassourão de Piaçava	Unidade	R\$ 89,83
8.40	Pá de ferro	Unidade	R\$ 71,81

8.41	Enxada de ferro	Unidade	R\$ 85,21
8.42	Picareta	Unidade	R\$ 142,07
8.43	Foice	Unidade	R\$ 92,50
8.44	Rastelo	Unidade	R\$ 80,35
8.45	Vassoura de Jardim	Unidade	R\$ 55,06
8.46	Cavadeira Articulada	Unidade	R\$ 136,21
8.47	Chibanca	Unidade	R\$ 78,25
8.48	Alavanca de Ferro	Unidade	R\$ 206,94
8.49	Enxadão de Ferro	Unidade	R\$ 136,91
8.50	Machado	Unidade	R\$ 142,03
8.51	Cone de Sinalização	Unidade	R\$ 167,99
8.52	Cinta de Nylon (1 Tonelada)	Unidade	R\$ 136,21
8.53	Tela de Nylon (Mosqueteira)	Unidade	R\$ 347,53
8.54	Carriola / Carrinho de Mão	Unidade	R\$ 431,85
8.55	Placa de vegetação (gramínea)	Metro quadrado	R\$ 24,35
8.56	Semente de vegetação (braquiária)	kg	R\$ 17,82

## 9. VEÍCULOS ESPECIAIS

ITEM		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
9.1	Aeronave - Avião Fretado (5 lugares)	Km (mínimo de 800 Km)	Mediante cotação
9.2	Aeronave - Avião Fretado (7 lugares)	Km (mínimo de 800 Km)	Mediante cotação
9.3	Aeronave - Helicóptero	Hora	Mediante cotação
9.4	Barcaça (500 HP)	Diária + Combustível	Mediante cotação
9.5	Barco Leve à Remo	Diária	R\$ 920,00
9.6	Barco Leve com Motor de Popa (15 HP)	Diária + Combustível	R\$ 1.809,10
9.7	Barco Leve com Motor de Popa (30 HP)	Diária + Combustível	R\$ 2.894,57
9.8	Barco Leve com Motor de Popa (150 HP)	Diária + Combustível	R\$ 4.255,00
9.9	Barco - Lancha de Madeira	Hora + Combustível	R\$ 445,02
9.10	Barco - Lancha Rápida	Hora + Combustível	R\$ 687,47
9.11	Bote Inflável à Remo	Diária	R\$ 904,55
9.12	Caminhão Auto Vácuo	Diária	R\$ 4.745,76
		Km	R\$ 9,75
9.13	Veículo super auto vácuo	Diária	Mediante cotação

9.13	Veículo super auto vacuo	Km	Mediante cotação
9.14	Veículo de super hidrojateamento com bico rotativo	Diária	Mediante cotação
		Km	Mediante cotação
9.15	Caminhão Baú com Plataforma Elevatória	Diária	R\$ 1.809,09
		Km	R\$ 9,75
9.16	Caminhão Caçamba Poliguindaste (6 m³)	Hora	R\$ 423,32
		Km	R\$ 9,75
9.17	Caçamba Móvel estacionária (5 m³)	Diária	R\$ 1.014,43
		Km	R\$ 9,75
9.18	Caminhão / Carreta (Basculante / Carga seca / Rolon)	Diária	R\$ 3.618,23
		Km	R\$ 9,75
9.19	Caminhão Carga Seca - Toco	Hora	R\$ 423,32
		Km	R\$ 9,75
9.20	Caminhão de Hidrojateamento	Diária	R\$ 5.694,90
		Km	R\$ 9,75



9.21	Caminhão Combinado (Auto Vácuo e Hidrojato)	Hora*	R\$ 931,63
		Km	R\$ 9,75
9.22	Caminhão Munck	Hora	R\$ 452,29
		Km	R\$ 9,75
9.23	Caminhão Tanque de Armazenagem (8.000 L)	Diária	R\$ 1.614,62
		Km	R\$ 9,75
9.24	Caminhão Truck	Diária	R\$ 1.809,09
		Km	R\$ 9,75
9.25	Caminhonete	Diária	R\$ 1.085,45
		Km	R\$ 9,75
9.26	Carreta Baú	Diária	R\$ 3.875,13
		Km	R\$ 9,75
9.27	Carreta tanque Aço Carbono (27.000 L)	Diária	R\$ 4.135,65
		Km	R\$ 6,76
9.28	Carreta tanque Aço Inox (27.000 L)	Diária	R\$ 6.201,65
		Km	R\$ 9,75
9.29	Escavadeira Hidráulica	Hora*	R\$ 618,72
		Km	R\$ 13,57
9.30	Guincho	Diária	Mediante cotação
		Km	Mediante cotação
9.31	Guindaste	Hora*	Mediante cotação
		Km	Mediante cotação
9.32	Mini Pá Carregadeira / Retro Escavadeira (Bob Cat)	Hora*	R\$ 361,83
		Km	R\$ 9,75
9.33	Motorhome	Diária	R\$ 2.583,41
		Km	R\$ 9,75
9.34	Pá Carregadeira	Hora*	R\$ 618,72
		Km	R\$ 9,75
9.35	Retroescavadeira	Hora*	R\$ 614,53
		Km	R\$ 9,75
9.36	Trator de Esteira	Hora*	R\$ 850,27
		Km	R\$ 9,75

9.37	Empilhadeira	Diária	Mediante cotação
9.38	Paleteira	Diária	Mediante cotação
9.39	Carreta Prancha	Hora	R\$ 521,72
		Km	R\$ 9,75

#### 10. MATERIAL DE DESCONTAMINAÇÃO / INERTIZANTE

ITEM		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
10.1	Ácido Acético (solução de baixa concentração)	Litro	R\$ 10,12
10.2	Cal (embalagem de 20 kg)	Unidade	R\$ 38,26
10.3	Desengraxante (5 L)	Unidade	R\$ 58,20
10.4	Detergente neutro (5 L)	Unidade	R\$ 35,42
10.5	Hipoclorito de Sódio (5 L)	Unidade	R\$ 40,48
10.6	Líquido Gerador de Espuma (LGE)	Litro	R\$ 61,76
10.7	Pulverizador Costal	Unidade	R\$ 736,27
10.8	Querosene	Litro	R\$ 58,44
10.9	Soda	Litro	R\$ 25,30
10.10	Trifosfato de Sódio	Litro	R\$ 80,96
10.11	Vassoura de Espuma	Unidade	R\$ 48,44

#### 11. GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

ITEM		QTD / UNID COBRANÇA	VALOR (R\$)
11.1	Destinação de Resíduo Classe I (Líquido)	Tonelada	Mediante cotação
11.2	Destinação de Resíduo Classe I (Sólido)	Tonelada	Mediante cotação
11.3	Destinação de Resíduo Classe II A	Tonelada	Mediante cotação
11.4	Destinação de Resíduo Classe II B	Tonelada	Mediante cotação

### Condições Gerais

- 1 - Ocorrendo danos/contaminações aos materiais e equipamentos utilizados, o reparo ou substituição será cobrado do cliente;
- 2 - A Cetric reserva-se ao direito de cobrança de limpeza e esterilização do sistema de bombeamento e embalagens utilizadas no acondicionamento do produto, se constatada sua contaminação;
- 3 - Os valores de deslocamento serão considerados a partir da base operacional disponível mais próxima do local da ocorrência, considerando trajeto de ida e volta sendo apontado recursos humanos;
- 4 - Havendo prestação de serviços e de Treinamento fora do horário comercial, ou seja, período compreendido entre às 18h00 e 8h00, sábado, domingo e feriados, incidirá acréscimo de 30 %;
- 5 - Taxa administrativa e bitributação de 51% (cinquenta e um por cento), será aplicada a todos os recursos subcontratados nos atendimentos das emergências;
- 6 - Todos os serviços terão o mínimo de 6 horas por dia de atendimento, e;
- 7 - Será cobrado somente quilometragem de viaturas durante todo atendimento.



**OBJETO:** OPERAÇÃO DE ATENDIMENTO EMERGENCIA AMBIENTAL PARA LIMPEZA DO RIO CAETE  
**LOCAL:** BRAGANÇA/PA  
**REFERÊNCIA:** SINAPI - 06/2025 / SICRO3 - 04/2025 / ORSE - 05/2025 / EMBASA - 01/2025 / COTAÇÕES  
**DATA:** JUNHO/2025

**BDI:** 30,74%

**Composições Analíticas com Preço Unitário**

Composições Principais								
2.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	CPU38	Próprio	MOBILIZAÇÃO LIMPEZA DO RIO	SEOP - SERVIÇOS OPERACIONAIS	UN	1,0000000	5.821,10	5.821,10
Insumo	E9687	SICRO3	Caminhão carroceria com capacidade de 5 t - 120 kW	Equipamento	H	5,0000000	161,05	805,24
Insumo	00001146	SINAPI	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! CAMINHAO PIPA 10.000L C/ BARRA ESPARGIDORA (INCL MANUT/OPERACAO)	Equipamento	H	5,0000000	70,87	354,35
Insumo	E9665	SICRO3	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW	Equipamento	H	10,0000000	422,87	4.228,71
Insumo	00001158	SINAPI	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! CAMINHONETE DE CARGA ATE 1,2 T C/ MOTOR DIESEL TIPO GM D-10 OU EQUIV (INCL MANUT/OPERACAO)	Equipamento	H	10,0000000	43,28	432,80
MO sem LS =>				0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>				1.502,42			Valor com BDI =>	7.323,52

2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
<b>Composição</b>	<b>CPU38</b>	<b>Próprio</b>	<b>DESMOBILIZAÇÃO LIMPEZA DO RIO</b>	<b>SEOP - SERVIÇOS OPERACIONAIS</b>	<b>UN</b>	<b>1,0000000</b>	<b>5.821,10</b>	<b>5.821,10</b>
Insumo	E9687	SICRO3	Caminhão carroceria com capacidade de 5 t - 120 kW	Equipamento	H	5,0000000	161,05	805,24
Insumo	00001146	SINAPI	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! CAMINHAO PIPA 10.000L C/ BARRA ESPARGIDORA (INCL MANUT/OPERACAO)	Equipamento	H	5,0000000	70,87	354,35
Insumo	E9665	SICRO3	Cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - 276 kW	Equipamento	H	10,0000000	422,87	4.228,71
Insumo	00001158	SINAPI	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! CAMINHONETE DE CARGA ATE 1,2 T C/ MOTOR DIESEL TIPO GM D-10 OU EQUIV (INCL MANUT/OPERACAO)	Equipamento	H	10,0000000	43,28	432,80
MO sem LS =>				0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>				1.502,42			Valor com BDI =>	7.323,52

3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
<b>Composição</b>	<b>90779</b>	<b>SINAPI</b>	<b>ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES</b>	<b>SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>H</b>	<b>1,0000000</b>	<b>165,04</b>	<b>165,04</b>
Composição Auxiliar	95404	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SÊNIOR (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	2,36	2,36
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,77	0,77
Insumo	00002708	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA SENIOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	160,39	160,39
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,01	0,01
MO sem LS =>				162,75	LS =>	0,00	MO com LS =>	162,75
Valor do BDI =>				42,59			Valor com BDI =>	207,63

3.6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
<b>Composição</b>	<b>90778</b>	<b>SINAPI</b>	<b>ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES</b>	<b>SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>H</b>	<b>1,0000000</b>	<b>138,61</b>	<b>138,61</b>
Composição Auxiliar	95403	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS	H	1,0000000	1,98	1,98
Insumo	00043462	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,01	0,01
Insumo	00043486	SINAPI	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Equipamento	H	1,0000000	0,77	0,77
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Taxas	H	1,0000000	0,08	0,08
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Material	H	1,0000000	1,43	1,43
Insumo	00002707	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	134,34	134,34
MO sem LS =>				136,32	LS =>	0,00	MO com LS =>	136,32
Valor do BDI =>				35,77			Valor com BDI =>	174,38



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966.**

Vide RSF nº 12, de 1971.

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, **AURO MOURA ANDRADE, PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, de acordo com o disposto no § 4º do art. 70, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente Lei.

Art. 2º O salário-mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificadas em:

- a) atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;
- b) atividades ou tarefas com exigência de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

- a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;
- b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º.

Art. 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea b do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feito tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta Lei, acrescidas de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviços.

Art. 7º A remuneração do trabalho noturno será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1966, 145º da Independência e 78º da República.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

Mayra Thamiris Silveira Matos  
Arquiteta e Urbanista  
A3147797 CAU BR/PA

Documento assinado digitalmente



**MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS**  
Data: 29/01/2026 13:52:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**OBJETO:** OPERAÇÃO DE ATENDIMENTO EMERGENCIA AMBIENTAL PARA LIMPEZA DO RIO CAETÉ  
**LOCAL:** BRAGANÇA/PA  
**REFERÊNCIA:** SINAPI - 06/2025 / SICRO3 - 04/2025 / ORSE - 05/2025 / EMBASA - 01/2025 / COTAÇÕES  
**DATA:** JUNHO/2025  
**BDI:** 30,74%

### MEMORIA DE CALCULO

**TEMPO DE SERVIÇO:** 2 MESES

**QUANTIDADE DE OLEO DERRAMADA** 20.000 LITROS

#### ENGENHEIRO AMBIENTAL SENIOR (COORDENADOR DA EQUIPE)

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
HORAS POR DIA	3	h/dia	
QUANTIDADE DE DIAS	44	dias uteis	
<b>TOTAL HORAS</b>	<b>132</b>	<b>Horas</b>	

#### ENGENHEIRO QUIMICO SENIOR

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
HORAS POR DIA	3	h/dia	
QUANTIDADE DE DIAS	20	dias	
<b>TOTAL HORAS</b>	<b>60</b>	<b>Horas</b>	

#### ENGENHEIRO AMBIENTAL PLENO (RESIDENTE)

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
HORAS POR DIA	8	h/dia	
QUANTIDADE DE DIAS	44	dias uteis	
<b>TOTAL HORAS</b>	<b>352</b>	<b>Horas</b>	

#### CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 - CHP

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
HORAS POR DIA	5	h/dia	
QUANTIDADE DE DIAS	44	dias uteis	
<b>TOTAL HORAS</b>	<b>220</b>	<b>Horas</b>	

#### CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 - CHI

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
HORAS POR DIA	3	h/dia	
QUANTIDADE DE DIAS	44	dias uteis	
<b>TOTAL HORAS</b>	<b>132</b>	<b>Horas</b>	

**Embarcação de transporte de pessoal e apoio logístico - 130 kW**

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
HORAS POR DIA	8	h/dia	
QUANTIDADE DE DIAS	44	dias uteis	
<b>TOTAL HORAS</b>	<b>352</b>	<b>Horas</b>	

**BARREIRA ABSORVENTE - POLIPROPILENO (lance de 3,00 m)**

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
BARREIRA ABSORVENTE	3	M	Comprimento de alcance de cada Barreira Absorvente - 3 metros
PONTOS ESTRATEGICOS	20	PTO	Pontos espalhados na Extensão do RIO, onde serão disponibilizado 42 metros de Barreira
EXTENÇÃO BARREIRA POR PONTO	42	m	Pontos espalhados na Extensão do RIO, onde serão disponibilizado 21 metros de Barreira
<b>QTDDE TOTAL</b>	<b>280</b>	<b>und</b>	Serão utilizados 280 unidades que corresponde a 840 metros de barreira absorvente

**MANTA ABSORVENTE - Produtos Diversos (4mm x 25cm x 40cm)**

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
ABSORÇÃO POR MANTA	1,25	LT/Manta	Cada manta pode absorver 1,25 Litros do óleo derramado.
ESTIMATIVA DE OLEO	12.000	LITROS	Estimativa de Absorção 60% do Oleo derramada
<b>QTDDE TOTAL</b>	<b>9.600</b>	<b>und</b>	Serão utilizados 280 unidades que corresponde a 840 metros de barreira absorvente

**ABSORVENTE NATURAL GRANULADO "turfa" (saco de 10kg)**

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
ABSORVENTE GRANULADO - 10KGS	1	und.	Cada 10 Kgs de TURFA absorve 70 litros de Oleo
ESTIMATIVA DE OLEO	8.000	LITROS	Estimativa de Absorção 40% do Oleo derramada
<b>QTDDE TOTAL</b>	<b>114</b>	<b>und</b>	Serão utilizados 114 sacos de 10kgs para coletar o oleo que ficou retirido nas margens e vegetação

**CAIXA SEPARADORA ÁGUA E OLEO (CSAO)**

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
CAIXA SEPARADORA ÁGUA E OLEO (CSAO)	1	und.	Capacidade de Armazenamento 1.000 Lts
<b>QTDDE TOTAL</b>	<b>1000</b>	<b>Lts</b>	Caacidade de Armazenamento por dia
<b>PRAZO LOCAÇÃO</b>	<b>60</b>	<b>Dias</b>	Quantidade de dias locados

**Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW - CHP**

Item	Qtd	Unidade	Descrição do Item
HORAS POR DIA	4	h/dia	
QUANTIDADE DE DIAS	44	dias uteis	
<b>TOTAL HORAS</b>	<b>176</b>	<b>Horas</b>	





**BRAGANÇA**  
**PREFEITURA**  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
E OBRAS

---

Mayra Thamiris Silveira Matos  
Arquiteta e Urbanista  
A3147797 CAU BR/PA



Documento assinado digitalmente

**MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS**

Data: 29/01/2026 13:55:14-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

CNPJ: 04.873.592/000

Passagem Nossa Sra. da Glória, s/n - Rio;

CEP: 68.600-000 - Bragança-

**OBJETO:** OPERAÇÃO DE ATENDIMENTO EMERGENCIA AMBIENTAL PARA LIMPEZA DO RIO CAETÉ  
**LOCAL:** BRAGANÇA/PA  
**REFERÊNCIA:** SINAPI - 06/2025 / SICRO3 - 04/2025 / ORSE - 05/2025 / EMBASA - 01/2025 / COTAÇÕES  
**DATA:** JUNHO/2025 **BDI Serviço:** 30,74% **BDI Insumo:** 15,28%

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - Não Desonerado**

Item	Código	Fonte	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
<b>OPERAÇÃO DE ATENDIMENTO EMERGENCIA AMBIENTAL PARA LIMPEZA DO RIO CAETÉ</b>									
<b>1</b>				<b>MOBILIZAÇÃO / DESMOBILIZAÇÃO</b>					<b>R\$ 15.221,00</b>
1.1	CPU38	Próprio	Serviço	MOBILIZAÇÃO	UN	1	R\$ 5.821,10	R\$ 7.610,50	R\$ 7.610,50
1.2	CPU39	Próprio	Serviço	DESMOBILIZAÇÃO	UN	1	R\$ 5.821,10	R\$ 7.610,50	R\$ 7.610,50
<b>2</b>				<b>EQUIPE TÉCNICA</b>					<b>R\$ 243.471,58</b>
2.1	P9875	SICRO3	Serviço	Encarregado	mês	2	R\$ 6.574,96	R\$ 8.596,10	R\$ 17.192,20
2.2	P9897	SICRO3	Serviço	Técnico de meio ambiente	mês	2	R\$ 8.141,60	R\$ 10.644,32	R\$ 21.288,64
2.3	P9897	SICRO3	Serviço	Técnico de meio ambiente	mês	2	R\$ 8.141,60	R\$ 10.644,32	R\$ 21.288,64
2.4	P9897	SICRO3	Serviço	Técnico de meio ambiente	mês	2	R\$ 8.141,60	R\$ 10.644,32	R\$ 21.288,64
2.5	P9897	SICRO3	Serviço	Técnico de meio ambiente	mês	2	R\$ 8.141,60	R\$ 10.644,32	R\$ 21.288,64
2.6	90779	SINAPI	Serviço	ENGENHEIRO AMBIENTAL SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	120	R\$ 165,04	R\$ 215,77	R\$ 25.892,40
2.7	90779	SINAPI	Serviço	ENGENHEIRO QUIMICO SENIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	60	R\$ 165,04	R\$ 215,77	R\$ 12.946,20
2.8	90778	SINAPI	Serviço	ENGENHEIRO AMBIENTAL PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	320	R\$ 138,61	R\$ 181,21	R\$ 57.987,20
2.9	P9876	SICRO3	Serviço	Técnico de segurança do trabalho	mês	2	R\$ 8.331,69	R\$ 10.892,85	R\$ 21.785,70
2.10	P9954	SICRO3	Serviço	Servente - mensalista	mês	2	R\$ 4.304,98	R\$ 5.628,33	R\$ 11.256,66
2.11	P9954	SICRO3	Serviço	Servente - mensalista	mês	2	R\$ 4.304,98	R\$ 5.628,33	R\$ 11.256,66
<b>3</b>				<b>EQUIPAMENTOS / INSUMOS</b>					<b>R\$ 727.975,28</b>
3.1	92138	SINAPI	Serviço	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - CHP DIURNO. AF_11/2015	CHP	220	R\$ 98,72	R\$ 129,06	R\$ 28.393,20
3.2	92139	SINAPI	Serviço	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - CHI DIURNO. AF_11/2015	CHI	132	R\$ 44,63	R\$ 58,34	R\$ 7.700,88
3.3	92138	SINAPI	Serviço	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - CHP DIURNO. AF_11/2015	CHP	220	R\$ 98,72	R\$ 129,06	R\$ 28.393,20
3.4	92139	SINAPI	Serviço	CAMINHONETE COM MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA 180 CV, CABINE DUPLA, 4X4 - CHI DIURNO. AF_11/2015	CHI	132	R\$ 44,63	R\$ 58,34	R\$ 7.700,88
3.5	E9601	SICRO3	Serviço	Embarcação de transporte de pessoal e apoio logístico - 130 kW	H	352	R\$ 353,36	R\$ 461,98	R\$ 162.616,96
3.6	E9601	SICRO3	Serviço	Embarcação de transporte de pessoal e apoio logístico - 130 kW	H	352	R\$ 353,36	R\$ 461,98	R\$ 162.616,96
3.7	CPU 411	Cotação	Insumo	BARREIRA ABSORVENTE - POLIPROPILENO (lance de 3,00 m)	UN	280	R\$ 263,34	R\$ 303,57	R\$ 84.999,60
3.8	CPU 412	Cotação	Insumo	MANTA ABSORVENTE - Produtos Diversos (4mm x 25cm x 40cm)	UN	9.600	R\$ 9,36	R\$ 10,79	R\$ 103.584,00
3.9	CPU 413	Cotação	Insumo	ABSORVENTE NATURAL GRANULADO "turfa" (saco de 10kg)	UN	114	R\$ 311,84	R\$ 359,48	R\$ 40.980,72
3.10	CPU 414	Cotação	Insumo	CAIXA SEPARADORA ÁGUA E OLEO (CSAO)	DIARIA	60	R\$ 325,63	R\$ 375,38	R\$ 22.522,80
3.11	E9571	SICRO3	Serviço	Caminhão tanque com capacidade de 10.000 l - 188 kW	H	176	R\$ 341,01	R\$ 445,83	R\$ 78.466,08

**Prazo de Execução: 2 MESES de ATENDIMENTO DE EMERGENCIA AMBIENTAL**

<b>CUSTO TOTAL DA OBRA</b>	<b>R\$ 718.878,53</b>
<b>BDI Serviços (30,74%)</b>	<b>R\$ 229.270,42</b>
<b>BDI Insumos (15,28%)</b>	<b>R\$ 38.518,91</b>
<b>CUSTO TOTAL DA OBRA COM BDI</b>	<b>R\$ 986.667,86</b>

Mayra Thamiris Silveira Matos  
Arquiteta e Urbanista

Documento assinado digitalmente



MAYRA THAMIRIS SILVEIRA MATOS

Data: 29/01/2026 14:02:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CNPJ: 04.873.592/0001-07

Passagem Nossa Sra. da Glória, s/n - Riozinho

CEP: 68.600-000 - Bragança-Pará